

# Diário do Legislativo de 13/04/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 3ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destina-se esta Reunião a Homenagear o Centro de Preparação de Oficiais de Reserva - CPOR - pelos 80 Anos de sua Fundação e o Colégio Militar de Belo Horizonte pelos 55 Anos de sua Fundação

1.2 - 16ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 17ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 18ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2010

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Entrega de placas - Palavras do Coronel Ricardo Souza Netto - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Eros Biondini - Ivair Nogueira - João Leite - Walter Tosta.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivair Nogueira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Centro de Preparação de Oficiais de Reserva - CPOR - pelos 80 anos de sua fundação e o Colégio Militar de Belo Horizonte pelos 55 anos de sua fundação.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Cel. Ricardo Souza Netto, Comandante e Diretor de Ensino do CPOR e do Colégio Militar de Belo Horizonte; Gen-Ex. Rômulo Bini Pereira; Desembargador Luiz Audebert Delage Filho; Cel. Amauri José Rodrigues, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representando a 4ª Região Militar; Vereador Silvinho Rezende, 2º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; a Exma. Sra. Antônia Vitória Soares Aranha, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -; e os Exmos. Srs. Maj. BM Rogério Aparecido Soares Ribeiro, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Cel. BM Gilvan Almeida Sá; e Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Vereador Ricardo de Lara Campos, da Câmara Municipal de Passa-Tempo; Wagner Cavaliari e Marcos Henrique Caldeira Brant, Juízes de Direito; de alunos do CPOR; do corpo docente desse Centro; de oficiais do Colégio Militar de Belo Horizonte e do Exército Brasileiro; de ex-integrantes da gloriosa Força Expedicionária Brasileira; de membros da imprensa; e do Exmo. Sr. Ildefonso Silveira de Carvalho, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela banda A Furiosa, sob a regência do Maestro 2º-Sgt. Raimundo Mário de Jesus.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, o Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, que preside esta importante comemoração, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e representa o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tenho o maior prazer em estar com V. Exa. Fomos escalados juntos, nesta Casa, para muitas missões, e tenho o maior prazer de estar com V. Exa. nesta noite tão importante para o Parlamento mineiro. Cel. Ricardo Souza Netto, Comandante e Diretor de Ensino do CPOR e do Colégio Militar de Belo Horizonte; e Gen.-Ex. Rômulo Bini Pereira, quando o encontrei, lembrei-me do meu tempo no quartel, quando ele era o Cap. Bini. Todos comentávamos: "Está ali o Cap. Bini; ele é bom de futebol e gosta de esporte". Para nós, havia sempre entusiasmo muito grande. Nós, que jogávamos futebol, tínhamos nele grande exemplo e apoio permanente para nosso sonho de continuar a carreira de jogador de futebol. É prazer muito grande revê-lo. Emocionei-me ao ver o General tão firme e tão bem. Tive a ousadia de dar uma missão ao General: conseguir o telefone do meu Comandante Monte Gomes, a fim de que eu faça ligação para ele, que foi muito importante na minha vida. Naquela época, ele era o Cap. Monte Gomes, Comandante da 2ª Companhia do 12 BI. É um prazer, uma emoção e uma alegria muito grande revê-lo, General.

Exmo. Sr. Desembargador Luiz Delage; Cel. Amauri José Rodrigues, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representando a 4ª Região Militar; Vereador Silvinho Rezende, 2º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exma. Sra. Antônia Vitória Soares Aranha, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -; Maj. Rogério Aparecido Soares Ribeiro, representando o Cel. Gilvan Almeida Sá, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Exmo. Sr. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; embora estejam aqui tantas pessoas queridas, quero saudar, de forma especial, o sempre Presidente da Federação Israelita de Minas Gerais, meu amigo José Weintraub, que nos alegra com sua presença, essa figura tão importante para o Brasil e para Minas Gerais. Saúdo também o Sr. Arthur Lopes Filho, nosso sempre Presidente da Academia e da nossa Federação, também figura importante para nosso Estado. Cumprimento todos os que cumprirem seus deveres para com nossa pátria, servindo ao nosso Exército, como oficiais, na figura de Josafá Siqueira, meu Chefe de Gabinete. Está ali também o Ten. Zezé Starling, da Operacional. Saúdo todos os alunos do CPOR, todos os militares. É alegria muito grande para toda a Assembleia Legislativa recebê-los nesta noite. "O Brasil espera que cada um cumpra seu dever." Tomo emprestado esse brado dos heróis da Batalha de Riachuelo para reafirmar o sentimento de todas as brasileiras e de todos os brasileiros que amam sua pátria: "O Brasil espera que cada um cumpra seu dever".

Nesta oportunidade, compartilho com vocês minha profunda preocupação com o absurdo nível que a corrupção atingiu no Brasil. A prática de crimes de lesa-pátria, de fraudes, de improbidade administrativa, de lavagem de dinheiro tem fragilizado as instituições, destruído o caráter de milhares e roubado os sonhos dos que vivem nesta terra amada. Abismada, a sociedade brasileira constata, a cada dia, ao tomar conhecimento desses fatos por meio da ampla cobertura da mídia, o aumento da crise moral que assola o País. O aprofundamento da corrupção no Brasil é assustador. A degradação do comportamento das autoridades públicas provoca indignação total no cidadão brasileiro. Os princípios éticos, a decência, o idealismo, outrora condições "sine qua non" para o exercício de função pública, se transformaram em objeto de escárnio, tal o abismo existente entre o discurso e a prática, o prometido e a propaganda. Mas este é um país cujos filhos não fogem à luta, não perdem a esperança e veem, nas Forças Armadas, instituição cumpridora de seus deveres constitucionais e capaz de responder aos seus anseios. Pesquisa elaborada pelo IBGE, no ano passado, para verificar o índice de confiança social nas instituições brasileiras, coloca as Forças Armadas em 3º lugar, atrás somente dos bombeiros militares e da Igreja. O resgate da honra nacional passa necessariamente pela educação. E educação baseada em valores vivenciados pelas organizações que hoje homenageamos: hierarquia, disciplina e amor à Pátria.

O Governador mineiro Clóvis Salgado, ex-Coronel aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em seu discurso de posse, em 31/3/55, prometeu que criaria o Colégio Militar em Minas, acreditando na excelência de seu ensino e na importância de Minas ter representatividade no Exército Brasileiro, naquela época formado majoritariamente por gaúchos. O honrado político Clóvis Salgado, Ministro da Educação no governo Juscelino Kubitschek, tem tido sua crença confirmada anualmente, ao constatarmos a sólida formação intelectual e moral que o Colégio Militar tem propiciado a seus alunos, permitindo-lhes obter um alto índice de aprovação nos mais difíceis vestibulares do País e um sucesso inquestionável nas olimpíadas brasileiras de matemática e física. Outro idealista, o Ten.-Cel. Corrêa Lima, quando ainda Capitão, visualizou um sistema que formasse Oficiais da Reserva para suprir as necessidades do Exército.

Em 2/4/30, o CPOR instalou-se em Juiz de Fora e, em 1936, foi transferido para Belo Horizonte, onde prosseguiu sua incumbência de preparar jovens universitários para desempenhar seus deveres militares e ser preparados para ocupar o cargo de Oficial da Reserva. A cada ano, jovens são desafiados a ingressar nessa organização militar que forja em nossa mocidade a perícia em atividades militares, mas também o caráter alicerçado na responsabilidade, no civismo e no compromisso para com a Pátria.

Vale ressaltar o enorme reconhecimento da sociedade mineira à importância do CPOR e do Colégio Militar. Em suas histórias, ambas as instituições, em momentos diferentes, chegaram a ser fechadas devido a avaliações gerenciais equivocadas, que não consideraram um princípio bíblico: a Lei da Semeadura. CPOR e Colégio Militar têm plantado boas sementes, e a sociedade mineira, colhido bons frutos.

E Minas não se calou: autoridades, entidades de classe, associação de ex-alunos, militares da reserva e da ativa fizeram Brasília ver o erro histórico que se estava cometendo.

Mais que reparar a injustiça, o retorno das atividades dessas duas organizações honraram a memória e a história do Mar. Roberto Trompowsky, patrono do magistério militar, educador exemplar que modernizou o sistema de ensino do Exército, colocando-o em sintonia com conceitos educacionais necessários à construção de um conhecimento científico baseado em valores de civismo, honra, trabalho e amor à Pátria.

Em nome do povo mineiro, que me delegou este mandato, eu quero parabenizar e deixar os nossos sinceros agradecimentos ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e ao Colégio Militar de Belo Horizonte pela preciosa contribuição que têm dado, há mais de meio século, na qualificação de nossa sociedade, e a certeza de todos nós de que o CPOR e o CMBH estão cumprindo o seu dever. Muito obrigado.

#### Entrega de Placas

O locutor - O Deputado Ivair Nogueira, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, entregará ao Cel. Ricardo Souza Netto, Comandante do CPOR e do Colégio Militar de Belo Horizonte, placas alusivas a esta homenagem. A primeira placa a ser entregue, em homenagem ao Colégio Militar, traz os seguintes dizeres: "Desde sua criação, em 1955, o Colégio Militar de Belo Horizonte oferece sólida formação a seu corpo discente, preparando-o para a vida em sociedade e para a defesa dos anseios de sua Pátria. Com um sistema pedagógico inspirado em valores militares fundamentais, como a disciplina e a lealdade, a instituição é exemplo de trabalho educacional no País. O Legislativo mineiro congratula-se com o Colégio Militar de Belo Horizonte - CMBH - pela comemoração de seus 55 anos de existência". A segunda placa, em homenagem ao CPOR, traz os seguintes dizeres: "Há 80 anos, foi instituído na cidade de Juiz de Fora o primeiro Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Estado. A ampla formação moral, técnica e física proporcionada pelo CPOR à juventude brasileira leva seus efeitos a toda a sociedade, fortalecendo o País. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem a essa importante instituição, que, com tenacidade, dedica-se ao fomento de um dos mais nobres deveres cívicos - o de servir ao interesse público".

O Sr. Presidente - Aproveito a oportunidade para solicitar ao Deputado João Leite que nos dê a honra de fazer a entrega das referidas placas.

- Procede-se à entrega das placas.

#### Palavras do Cel. Ricardo Souza Netto

Exmos. Srs. Deputado Ivair Nogueira, aqui representando o Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Gen.-Ex. Rômulo Bini Pereira, antigo Comandante da 4ª Região Militar; Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, na pessoa de quem homenageio todas as autoridades aqui presentes; boa noite.

É chegada a hora de o CPOR e o Colégio Militar de Belo Horizonte manifestarem a sua honra, a sua satisfação e o seu agradecimento por esta homenagem. E fazem-no numa ocasião ímpar da nossa história, quando comemoramos o 80º aniversário de criação do CPOR e o 55º aniversário do nosso Colégio Militar. Ambos sediados na Casa Marechal Espiridião Rosas. Não me canso de repetir que foi onde tive a honra de estudar durante sete anos, época fundamental para a minha formação como pessoa humana e como militar. Vivencio um momento especial em minha vida pela distinção com que o Comando do Exército me brindou ao nomear-me Comandante desses estabelecimentos de ensino.

O CPOR de Belo Horizonte e todos os demais CPORs do Exército Brasileiro são frutos do sonho e do trabalho do Ten.-Cel. Luiz de Araújo Correia Lima. Em 1920, pouco tempo depois da Primeira Guerra Mundial, o ainda Cap. Correia Lima - ele era um Capitão de artilharia - resolveu estudar formas para reposição de pessoal perdido no conflito. O Exército Brasileiro não contava com nenhum sistema que pudesse reforçar a tropa com oficiais capacitados no caso de guerra, tampouco a Escola Militar do Realengo, instituição que formava oficial combatente de carreira naquela época, podia ampliar seus quadros para atender àquela necessidade que era real. A solução antevista por Correia Lima era clara. Dever-se-ia recorrer aos jovens universitários do País e formar com eles um corpo de Oficiais da Reserva, após receberem um treinamento expedito mais adequado a qualificados. Naquela época, década de 20, o serviço militar obrigatório ainda estava começando. Correia Lima teve de lutar contra a inércia e a incompreensão dentro e fora do Exército. Alguns chegaram mesmo a acusá-lo de querer criar um Exército paralelo ou de querer ressuscitar a extinta Guarda Nacional, mas finalmente, convencido da justiça de seus ideais, a Pátria deu sinal verde ao projeto do jovem Capitão.

Já em 1927, surgia o primeiro CPOR no Rio de Janeiro, e Correia Lima teve não só a satisfação de ver suas aspirações realizadas, mas a honrosa missão de ser designado o primeiro Comandante nessa nova escola do Exército Brasileiro.

Em Minas Gerais, o CPOR começou sediado em Juiz de Fora. Criado em 2/2/30, foi inaugurado em 2 de abril do mesmo ano, constituindo-se no primeiro órgão de formação de Oficiais da Reserva da 4ª Região Militar. Só em 1936 seria emitida a ordem para que se transferisse o CPOR para Belo Horizonte. Desde então, o CPOR, hoje instalado na Casa Marechal Espiridião Rosas, junto ao Colégio Militar, no Bairro São Francisco, vem cumprindo com orgulho, há 80 anos, sua missão de formar o aspirante a Oficial da Reserva do Exército Brasileiro. Essas instituições estão intimamente entrelaçadas em sua história - os senhores verão posteriormente, quando eu discorrer sobre o Colégio Militar. Mais do que isso, o CPOR BH se rejubila de ser uma verdadeira escola de civismo. Nessa escola, os jovens universitários que ingressam não aprendem apenas os segredos e técnicas do ofício militar, mas também a se tornar cidadãos conscientes de seus deveres; aprendem a cultivar e a amar os símbolos e os heróis de nossa pátria; aprendem a praticar a verdade, a lealdade, a responsabilidade e a camaradagem.

Ao final do ano de curso, o CPOR devolve à sociedade jovens adultos fisicamente saudáveis, plenos de energia e capazes de liderar outros cidadãos em defesa da Pátria, se assim forem chamados. Jovens que devolvem à sociedade, potencializado e multiplicado pelos valores da caserna, tudo que trouxeram dela.

O Colégio Militar de Belo Horizonte é aspiração que surgiu da grata lembrança do Colégio Militar de Barbacena, criado em 1912 e extinto no fim do ano de 1925. Após 30 anos que se seguiram à extinção do sempre relembrado educandário barbacenense, com a persistência de chama que não se apagou, luziu a grande esperança: o ressurgimento da casa de formação dos pupilos do Exército, no saudável ambiente do clima, dos costumes e do civismo que caracterizam a gente mineira, a gente das Alterosas. Em 31/3/1955, Clóvis Salgado, ao assumir o governo do

Estado, proclamou, no seu discurso de posse, como disse o Deputado João Leite, o nobre propósito de trabalhar pela recriação do Colégio Militar em Minas, numa solene afirmação que ia ao encontro do programa do Ministro da Guerra de então, General Teixeira Lott. Em 4/7/1955, o Presidente da Assembleia Legislativa encaminhava ao Ministro da Guerra a Indicação nº 200, em que era sugerida a possibilidade de se organizar, em Belo Horizonte, um Colégio Militar - abre aspas - "a fim de possibilitar aos mineiros rápido ingresso nas fileiras do Exército Nacional". No dia 12/9/55, o Presidente da República, Café Filho, assinava o Decreto nº 37.879, que criou o Colégio Militar de Belo Horizonte. De acordo com o decreto de criação, o Colégio seria instalado no prédio destinado ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, no Bairro da Pampulha. Vejam como o entrelaçamento dos dois estabelecimentos de ensino tem origem na nossa história. Provisoriamente, funcionaria no edifício antes usado pelo Colégio Estadual de Minas Gerais, localizado na Avenida Augusto de Lima, onde hoje está situado o Fórum Lafayette, até o término das obras na Pampulha. A inauguração e o início das aulas ocorreram em 21/4/56, em solenidade marcante, que contou com a presença do Governador José Francisco Bias Fortes; do Gen. Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra; do Dr. Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura; do Arcebispo Metropolitano, D. Antônio dos Santos Cabral; do Prefeito de Belo Horizonte, Celso Mello Azevedo; e de outras autoridades civis e militares. Com a conclusão das obras, em fins de 1959, finalmente foi possível o funcionamento do Colégio, totalmente reunido na Pampulha, a partir de 1960.

O Colégio Militar de Belo Horizonte, Casa Marechal Esperidião Rosas, é estabelecimento de ensino fundamental e médio, que tem por finalidade ministrar o ensino preparatório e assistencial, integrando, portanto, o Sistema Colégio Militar do Brasil, um dos subsistemas do sistema de ensino do Exército, diretamente subordinado à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial. No CMBH, são empregadas modernas técnicas de ensino, voltadas para a formação integral do aluno, envolvendo os aspectos intelectual, psicológico, físico e moral. Esses fatores, aliados ao elevado grau de profissionalismo das pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, têm resultado no sucesso de grande percentual dos nossos alunos. São oficiais, Subtenentes, Sargentos, praças, professores militares e professores civis, todos irmanados em prol do cumprimento desse nobre dever. Além disso, as diretrizes e as normas orientadoras do seu funcionamento têm sido atualizadas, baseadas nos princípios que norteiam o processo de modernização do ensino, em curso no Exército Brasileiro desde meados da última década, procurando acompanhar o próprio processo evolutivo do mundo atual. Tudo isso indica que o Colégio tem se esforçado para aprimorar o processo educacional, sem abrir mão dos aspectos basilares que o distinguem, quais sejam, o culto às tradições do Exército Brasileiro, bem como a preservação de costumes, princípios e valores cultuados e cultivados no seio da nossa instituição.

Sem ter a veleidade de considerar a estrutura e o processo perfeitos, muito pelo contrário, o Colégio tem, no entanto, a certeza de estar disponibilizando para a Nação grupos de jovens cidadãos, responsáveis, conscientes e plenamente capacitados a assumir o papel que lhes cabe na sociedade mineira e brasileira.

O CPOR e o Colégio Militar de Belo Horizonte agradecem e muito se envaidecem com a homenagem que recebem desta nobre Casa, esteio dos poderes democráticos, e esperam continuar por muitos e muitos anos ainda com nossa missão de Soldado, de instrutor e de educador. Foi o que bem compreendeu e expressou o idealista Ten.-Cel. Correia Lima. São dele essas belas palavras que, mais que quaisquer outras, servem para concluirmos estes agradecimentos: "A Vida é pouco diante do dever para com a Pátria". O CPOR e o Colégio Militar de Belo Horizonte agradecem à Assembleia Legislativa de Minas Gerais esta homenagem e pretendem materializar essa gratidão ofertando também uma placa ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a banda A Furiosa, que, sob a regência do Maestro Leonardo Menacho Vieira, aluno do Colégio Militar de Belo Horizonte, interpretará "Alternativa Festival", que vem a ser um "pout-pourri" das músicas "Ghost Busters", de Ray Paker Jr., "Jump", de Eddie Van Halen e David Lee Roth, "The Final Countdown", de Joey Tempest, e "Hawai 5.0", de Morton Stevens; e, sob a regência do Maestro 2º-Sgt. Raimundo Mário de Jesus, as músicas "Um Sonhador", de César Augusto e Piska, e "El tigre", de Francisco Canaro.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Cel. Ricardo Souza Netto, Comandante e Diretor de Ensino do CPOR e do Colégio Militar de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Gen. Ex. Rômulo Bini Pereira; Exmo. Sr. Desembargador Luiz Audebert Delage Filho; Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, Cel. Amauri José Rodrigues, representando a 4ª Região Militar; Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, meu amigo Vereador Silvinho Rezende; Exma. Pró-Reitora de Graduação da UFMG, Antônia Vitória Soares Aranha; Exmo. Sr. Maj. Rogério Aparecido Soares Ribeiro, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Cel. Gilvan Almeida Sá; Exmo. Sr. Presidente da Academia Mineira de Letras, Senador Murilo Badaró; meu amigo e companheiro da Escola de Engenharia, Zezé Starling; meu amigo Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer a todos os presentes que o João Leite hoje é exemplo de parlamentar. O Parlamento mineiro tem orgulho de contar com parlamentar como o Deputado João Leite, pela sua honestidade, pela sua capacidade, pelo seu grau de atuação na Assembleia Legislativa e pelo muito que vem contribuindo com o Parlamento mineiro. Minas se orgulha muito do seu trabalho, Deputado João Leite.

O Brasil vem passando por período de animadora estabilidade econômica e de boas perspectivas de desenvolvimento em futuro próximo. Após o sobressalto da crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2008 e que rapidamente se alastrou pelos mercados mundiais, nosso país foi um dos primeiros a mostrar sinais claros de recuperação, ao mesmo tempo em que tem sido apontado por instituições internacionais como alternativa de elevado grau de confiança, principalmente para os investimentos. Se nos encontramos em situação de razoável conforto na conjuntura econômica, é preciso, contudo, que os ventos favoráveis nesse campo tenham a companhia de outros indicadores que integram a concepção contemporânea de desenvolvimento, entre eles aqueles que dizem respeito à saúde, à moradia, à promoção social e a duas outras áreas que nos interessam particularmente nesta solenidade: a educação e a segurança. Ao homenagearmos o CPOR e o Colégio Militar de Belo Horizonte, estamos externando o reconhecimento desta Casa a duas instituições que, nesses dois quesitos, segurança e educação, refletem os valores, as tradições e os bons serviços prestados pelo Exército Brasileiro ao longo da sua gloriosa história.

Com a missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes estabelecidos, a lei e a ordem e participar de operações internacionais, o Exército atua de forma permanente na fiscalização de nossas fronteiras, na preservação de nossas riquezas, na manutenção da ordem coletiva, nas iniciativas que visam à busca do equilíbrio entre as nações. Em tempos de paz ou de guerra, vem exercendo papel fundamental na defesa de nossa soberania, na integração de nossos Estados e regiões, nas missões internacionais de cooperação, nas ações de natureza humanitária, nos programas de desenvolvimento nacional, na garantia de conquistas como o Estado Democrático de Direito. Insere-se perfeitamente neste espírito patriótico o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, criado no País em 1927, em decorrência da constatação de que, após a Primeira Guerra Mundial, havia no Exército grande carência de oficiais subalternos, encarregados do comando das frações elementares da tropa.

Cumpra, assim, a função de constituir quadros não permanentes dessa patente, capazes de executar suas tarefas durante o período em que estiverem servindo e de suprir a força terrestre nas eventualidades de uma situação de guerra ou de convocação extraordinária. O CPOR de Belo Horizonte, uma das unidades de preparação de oficiais subalternos implantadas pelo Exército em diversas regiões do País, mantém, há oito décadas, sua missão de formar contingentes de reserva, buscando transmitir a seus alunos ensinamentos de cunho moral, físico e técnico-

profissional, de modo que estejam aptos a servir à pátria e a viver dignamente no ambiente social.

Assim como ocorre no CPOR, a educação oferecida no Colégio Militar de Belo Horizonte também baseia-se nas tradições, valores e costumes do Exército Brasileiro, com vistas à formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades para com o País e a sociedade. Além de trazer em sua origem princípios como os da disciplina e da hierarquia, essa instituição caracteriza-se por oferecer aos alunos uma educação integral, aliando aos aspectos morais e éticos uma sólida grade de conhecimentos técnicos e científicos, além de assistência psicológica, médica, religiosa e diversificada prática esportiva. Seu sistema didático-pedagógico procura estimular a pesquisa, a reflexão, o desenvolvimento intelectual, assim como a participação em atividades artísticas e culturais e a construção de uma consciência crítica sobre os fenômenos políticos, sociais e econômicos, preparando os estudantes para a vida na família, na sociedade e no campo profissional.

Na pessoa do Cel. Ricardo Souza Netto, Comandante e Diretor de Ensino do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e do Colégio Militar de Belo Horizonte, parabenizamos essas duas instituições por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais e congratulamo-nos com todos aqueles que fizeram e continuam fazendo parte de sua edificante história. Trago também o abraço do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 13/4/2010.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/4/2010

#### Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Tiago Ulisses; aprovação - Questão de ordem - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.215/2008; discurso do Deputado Carlin Moura; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas e subemendas; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1; votação das Emendas nºs 38, 41, 43 e 44 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 2, 3, 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25 a 27, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46; votação das Emendas nºs 4, 9, 11, 14, 15, 18 a 24, 28, 30, 31, 33, 36, 37 e 45; rejeição - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007; questão de ordem; encerramento da discussão; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação nominal da proposta, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010; aprovação - Declarações de voto - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Tiago Ulisses solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.207/2010 seja apreciado logo após a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, apenas para lembrar a esta Casa, aproveitando os companheiros nas galerias, os

telespectadores da TV Assembleia, TV que criei há 15 anos, que a Lei Antifumo entrou em vigor no último domingo, uma lei que foi avanço para toda a sociedade mineira e para mais 14 Estados. No início, ela sofreu críticas, mas hoje mostra, acima de tudo, que atenderá à população mineira e cuidará da sua saúde no que tange a cigarros. A partir do último domingo, Sr. Presidente, ficou proibido fumar em qualquer lugar fechado, em bares, restaurantes, bingos, apesar de o radialista Carlos Viana falar muito nisto, pois ele sabe onde há vários abertos e está na hora de ele começar a divulgar. Agradeço aos companheiros da imprensa, que estão ajudando na divulgação da lei. Foi feita cartilha por este Deputado, Sr. Presidente, e está sendo divulgada em todos os bares e restaurantes. Tenho a certeza de que a fiscalização, em convênio entre Prefeitura Municipal e governo do Estado, será feita brevemente e teremos fiscalização em todo o Estado. Agradeço a todos os radialistas sérios, não radialistas como um que temos na madrugada da rádio mineira, totalmente desqualificado para falar ao microfone, por defender, por ser garoto-propaganda de instituição de venda de cigarros. Foi a única crítica que tivemos. Ele faz seu programa nas madrugadas, em emissora de Minas Gerais, depois de sair corrido de Portugal, Sr. Presidente. Teve coragem de fazer várias críticas a essa lei. Então, em meu nome e em nome do Deputado Gilberto Abramo, deixamos bem claro que estamos com a consciência e com o dever cumprido. Damos liberdade a quem quiser morrer com o cigarro, mas sem matar quem está do lado direito ou esquerdo de quem fuma. Fica aqui esse registro, acima de tudo lembrando que fumar é permitido, mas não se pode fumar em lugar fechado. Parabêniz V. Exa. e o Diretor desta Casa, pois, desde ontem, não temos mais a fumacinha do cigarro nos corredores aqui. Até mesmo o Deputado Luiz Humberto deixou hoje de fumar no cafezinho para fumar do lado de fora da Assembleia Legislativa. Parabéns, Deputado Luiz Humberto.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação das Emendas nºs 38, 41, 43 e 44 e da Subemenda nº 1, que apresentou, às Emendas nºs 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46, e pela rejeição das Emendas nºs 4, 9, 11, 14, 15, 18 a 24, 28, 30, 31, 33, 36, 37 e 45. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, antes do encaminhamento propriamente dito, cumprimento os Srs. Delegados e as Sras. Delegadas de Polícia, que, com certeza, no próximo ponto, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, contarão também com o apoio do nosso Bloco.

No que diz respeito à votação deste momento, em nome do Bloco PT-PMDB-PCdoB, estamos encaminhando favoravelmente à aprovação do Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 e das emendas a ele anexadas. Devo esclarecer, Sr. Presidente, que esse projeto que agora vai à votação foi fruto de um amplo debate pelo interior do Estado, feito por intermédio de um seminário realizado por solicitação da nossa colega Elisa Costa, ex-Deputada desta Casa e Prefeita de Governador Valadares, que, com este Deputado, realizou o seminário em parceria com as entidades de professores, estudantes, servidores públicos e com as entidades ligadas à educação.

O projeto, Sr. Presidente, inclui pontos importantes apresentados por essas entidades e por diversos militantes da educação em Minas Gerais. O projeto, por exemplo, valoriza a educação do homem do campo, uma educação que tem de ser voltada para a sua realidade sem retirá-lo do campo.

O segundo ponto importante é a educação das comunidades indígenas, respeitando as suas tradições, a sua cultura e as suas línguas. A educação indígena também teve um ponto específico no plano decenal. E também a educação do homem quilombola, o descendente dos africanos que ajudaram a construir a Nação brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, o mais importante foi que conseguimos, no Substitutivo nº 1, incluir o piso salarial para o professor da educação básica baseado na lei nacional que o estabeleceu. E, na forma como foi incluído no projeto, o piso é considerado em relação ao vencimento básico, e não em relação ao teto remuneratório. Compreendemos que a educação, em Minas Gerais, só avançará se valorizarmos o professor da educação básica, o profissional da educação. Incluímos o piso salarial e, da forma como está ocorrendo, se o projeto for aprovado no 1º e 2º turnos ainda este ano, compreendemos que há possibilidade de o piso salarial dos professores ser implementado neste ano, porque há previsão orçamentária para isso. Achamos que será um avanço, se conseguirmos aprovar esse plano decenal com piso salarial, para, num segundo momento, exigirmos o cumprimento do piso salarial por parte do Poder Executivo.

Nesse sentido, encaminhamos favoravelmente à aprovação em 1º turno, na forma do substitutivo, convidando todos os profissionais da educação, as entidades ligadas à educação, os professores e os alunos das diversas cidades que participaram conosco, para acompanharem a votação em 2º turno, a fim de ofertarmos a Minas Gerais um plano decenal de educação democrático e amplo, que valorize a educação de qualidade e o profissional de educação. O voto da nossa bancada é favorável à aprovação do Plano Decenal de Educação. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Em votação, as Emendas nºs 38, 41, 43 e 44 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 2, 3, 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25 a 27, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46. Em votação, as Emendas nºs 4, 9, 11, 14, 15, 18 a 24, 28, 30, 31, 33, 36, 37 e 45. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.215/2008 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 38, 41, 43 e 44 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46. À Comissão de Educação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado - estende aos Delegados de Polícia as garantias funcionais asseguradas aos Defensores Públicos e aos Procuradores do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

#### Questão de Ordem

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, durante a votação de ontem na Comissão Especial que apreciou a matéria, chegamos à conclusão de que era preciso modificação para aprimoramento da PEC. Isso é fruto de construção coletiva. Para que V. Exa. tenha ideia, em menos de 1 hora, conseguimos 30 assinaturas na emenda que foi protocolizada e que sugere a alteração do texto para seu aprimoramento. No entanto, em razão da urgência da matéria e por esses profissionais que, há tanto tempo, aguardam ser incluídos na carreira jurídica - há muito defendemos essa ideia junto a outros Deputados desta Casa -, pedimos a retirada dessa emenda que apresentamos para que haja celeridade no processo e seja votada a PEC o mais rapidamente possível, porque a inclusão desses profissionais na carreira jurídica é passo largo no que diz respeito à sua remuneração. Assim aguardaremos, desde já, que seja encaminhado a esta Casa o projeto de lei complementar para, em seguida, recomeçarmos a discutir a matéria. Lembramos que essa construção coletiva contou com a participação do sindicato. Apesar de ser emenda que aprimoraria o texto, teremos outras oportunidades para fazê-lo e pedimos sua retirada.

O Sr. Presidente - Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação

pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I , c/c os arts. 201 e 255 do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

**O Deputado Sargento Rodrigues - Apenas para tranquilizar os companheiros, quero agradecer o apoio à PEC. Vamos utilizar aqui o tempo para cumprimentar os Delegados de Polícia, que vieram de todas as partes do Estado para assistirem a esse momento, que é histórico. Sendo o primeiro signatário, com o apoio desta Casa e com mais 31 Deputados que assinaram a PEC, creio que, com poucas palavras, conseguiríamos traduzir isso. Na verdade, o agradecimento que faço hoje pelo apoio é em nome dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. E faço isso na pessoa do ex-Presidente do Sindepo-Minas, Dr. Danilo Pereira, um dos precursores dessa matéria, e que se encontra aqui presente. Muito obrigado a todos. É esse o meu encaminhamento.**

O Sr. Presidente - Em votação, a proposta, salvo emenda.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

**O Sr. Presidente** - Votaram "sim" 54 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

**O Sr. Presidente** - Votaram "sim" 54 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

#### Declarações de Voto

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, o que presenciamos aqui hoje, no que diz respeito aos Delegados, foi realmente resposta desta Casa aos anseios dessa classe que, ao longo dos anos, tem recebido salário vil; ao longo dos anos, tem prestado relevante serviço ao Estado; ao longo dos anos, tem feito com que os índices de criminalidade no Estado tenham sido reduzidos de maneira drástica. Só agora, entretanto, estão sendo lembrados com a inclusão da categoria na carreira jurídica. Como eu disse, é passo largo para que a justiça seja aplicada a eles no que se refere à remuneração. Não é razoável que esta Casa tenha aprovado salários para a magistratura, para o Ministério Público, para a Defensoria Pública sem rever os salários dos Delegados de Polícia. Tenho ombreado com esses profissionais do direito, meus colegas, e alguns têm deixado a polícia para fazer concurso. Sabemos que, se esses senhores estão hoje na polícia, é porque são abnegados e vocacionados para a investigação policial. Mas não têm jornada de trabalho, não têm assessores, não têm condições dignas de trabalho em seus gabinetes. Aliás, aquilo que chamam de gabinetes são, muitas vezes, verdadeiros porões. Queria dizer, Sr. Presidente, que eles estão de parabéns, porque, ordeiramente, souberam estar nesta Casa reivindicando seus direitos. Souberam reivindicar ordeiramente, junto ao governo do Estado, a inclusão da categoria como de carreira jurídica. Ordeiramente e de forma humilde, souberam pedir a cada Deputado que sua carreira fosse reconhecida como jurídica. Este Deputado, como profissional do direito, votou e votará sempre favoravelmente aos Delegados. Às vezes, quando o professor e hoje Governador Anastasia se encontra comigo, ele diz: "Já vem falar dos Delegados", e abre um sorriso, porque sabe que os anseios dos Delegados serão alcançados num futuro muito próximo, com remuneração digna. Havíamos apresentado emenda no sentido de que o Delegado não poderá ter remuneração básica inferior à do Defensor Público. Os Defensores, com justiça, ganharam o direito de receber agora R\$8.000,00, R\$10.000,00 em 2011 e R\$12.000,00 em 2012. Como podemos conviver com os Delegados ganhando mísero salário? Saibam os senhores que, num futuro muito próximo, a questão será resolvida em definitivo. Será enviado a esta Casa projeto de lei complementar, que certamente passará pela Comissão de Administração Pública. Tenham certeza de que imprimiremos a máxima celeridade ao processo. Da mesma forma que hoje - como eu disse, em 1 hora conseguimos 30 assinaturas dos Deputados presentes para a emenda que apresentamos em benefício da classe -, estejam certos de que esta Casa, à unanimidade, votará esse novo PLC, dessa vez tratando, sim, da remuneração que será atribuída, com justiça, aos Delegados. Parabéns pelo trabalho que desempenham. Tenho orgulho da Polícia Civil, sobretudo pela qualidade dos serviços prestados pelos Delegados, Detetives, Escrivães e por todos os que integram a defesa social em nosso Estado.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Dilzon Melo.

O Deputado Dilzon Melo - Em nome da bancada do PTB, partido que presido em Minas Gerais, e da nossa Vereadora Elaine Matozinhos, que conhece a matéria e lutou arduamente para que tudo isso acontecesse, quero dizer que temos grande satisfação e orgulho todo especial quando declaramos publicamente que a PEC nº 549, cuja tramitação teve início no passado, por intermédio do meu Presidente Roberto Jefferson, está sendo hoje subscrita e encaminhada, na Câmara dos Deputados, pelo também Deputado do PTB, Arnaldo Faria de Sá. Essa PEC legaliza e dá pelo menos princípio de dignidade aos Delegados de todo o Brasil quando manifesta publicamente que a carreira que tendem a seguir é a carreira da justiça, do trabalho, demonstrando que Minas, pioneira que é, está dando passo à frente ao reconhecer o trabalho desses valorosos Delegados. Com satisfação, acreditamos que a Assembleia cumpriu seu dever e reconheceu o trabalho que esses homens fazem há muito tempo. Até então, eram colocados em situação de penúria e de subjetividade. Hoje podem bater no peito e dizer que o trabalho magnífico que fazem em Minas Gerais está sendo reconhecido por este governo, e que ainda há de se perpetuar com novas conquistas para

essa carreira. O PTB, orgulhoso que é do seu passado, tem orgulho também do seu presente, dos Deputados Federais que estão trabalhando nesse sentido, por meio da PEC nº 549, e dos Deputados Estaduais, que, na sua maioria, estiveram aqui hoje para reconhecer que os Delegados de Minas também devem ter a dignidade de bons profissionais que são. Parabéns aos Delegados de carreira! Aqui começa nossa nova batalha.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Sr. Presidente. Caríssimos Delegados, estamos hoje no Plenário maior da Assembleia testemunhando bonita história da segurança pública. Como signatário da PEC instaurada nesta Casa desde 2007 por tantos parlamentares, ao longo de tantos anos procuramos efetivamente conseguir o que conseguimos hoje: sua aprovação. Não foi fácil. Foram tantos e tantos entendimentos. No bojo desse projeto está o resgate da dignidade desses valorosos Delegados e Delegadas que atuam no nosso Estado. Como advogado militante no Sul de Minas, testemunho a qualidade excepcional dos nossos Delegados. Esses abnegados, incansáveis e valorosos servidores, sem dúvida, têm feito da segurança pública, nas suas comarcas e delegacias, verdadeiro sacerdócio, verdadeiro testemunho de amor à própria vida e à dignidade. Se hoje aqui estamos, temos muito a comemorar. Inicialmente, agradeço ao nosso Governador Anastasia, ao nosso ex-Governador Aécio Neves e a todos aqueles que participaram conosco na construção dessa proposta junto aos parlamentares e à Comissão Especial, uma vez que nos remeteu a esta reflexão sobre o reconhecimento na carreira jurídica de valorosos e incansáveis servidores públicos. Fico muito feliz. Quero parabenizá-los, abraçá-los e destacar, acima de tudo, que o reconhecimento por unanimidade dos parlamentares demonstra também o reconhecimento de todo o Estado a vocês, que têm feito a diferença, têm feito da nossa Polícia Civil a melhor Polícia Civil deste país. Parabéns a todos! Sejam felizes!

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, caros Deputados, quero apenas dizer que o que fizemos hoje ainda é muito pouco em relação aos salários que merecem os Delegados e as Delegadas de Polícia de Minas Gerais. Quero dizer também que foi feito um pouco tarde, porque resolvemos o problema dos Defensores muito antes. Lembro-me muito bem de que, logo ao assumir como Deputado Estadual - fui Deputado Federal, mas é a primeira vez que sou Deputado Estadual -, no almoço no Automóvel Clube, entre luminas e expressões das várias atividades privadas e públicas de Minas Gerais, encontrei-me com o Delegado Farah, que me advertia sobre esse assunto. Logo depois, o Delegado Regional Isaías convocou reunião com todos os Delegados de Polícia, para reclamarem e se lamentarem da situação em que viviam. Depois tivemos alegria quando, formados novos policiais, mais quatro Delegados foram para Teófilo Ottoni. Lamentavelmente, apenas um deles ficou, pois os outros preferiram ser Escrivães na Bahia, onde ganhariam mais. Pedimos desculpas aos caros Delegados e Delegadas por termos demorado tanto a fazer-lhes justiça. Um abraço.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, alguns membros do Bloco PT-PMDB-PCdoB querem se manifestar, assim como acabou de fazer o Deputado Getúlio Neiva. O Deputado Adalclever Lopes é signatário dessa PEC. Para nós, está claro que o fortalecimento do Estado se dá com servidores motivados. Se temos profissionais que desempenham trabalho árduo e delicado são os Delegados. Nunca vimos desafio tão grande como o de hoje, com o enfrentamento do tráfico. A proliferação das drogas também ocorre nas comunidades rurais, não apenas nos grandes centros urbanos, e quem coloca a cara na frente são os Delegados e as Delegadas. Eles correm risco de morte. Devemos reconhecer, primeiramente, a delicadeza desse trabalho e cumprimentar-lhes por essa conquista. Na verdade, a valorização das carreiras deve se estender a todos os servidores da ativa que representam o Estado. O servidor não precisa de penduricalhos. Ao se aposentar, sua remuneração fica comprometida, assim como sua qualidade de vida. Demos passo importante aqui, ao valorizar a carreira dos Delegados. Sr. Presidente, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para clamar pela solidariedade dos Delegados e das Delegadas em relação ao pessoal do setor administrativo da Polícia Civil. Centenas e centenas de servidores têm piso salarial de R\$319,00. É vergonha, é escândalo para Minas Gerais, um dos Estados mais ricos do País, ainda ter servidores que, ao se aposentarem, ganham salário inferior ao mínimo. Portanto, ao cumprimentar os Delegados e as Delegadas, pedimos que sejam solidários aos demais servidores administrativos da Polícia Civil. Deputado Mauri Torres, em relação ao último projeto que votamos, esses 59 segundos representam a autorização para o Poder Executivo doar o imóvel à Universidade Federal de Ouro Preto. Cumprimento esse entendimento e a contribuição desta Casa em permitir à Universidade Federal de Ouro Preto estar também em João Monlevade, da mesma forma que tivemos câmpus avançados em outras áreas, como aconteceu com a Universidade Federal de São João del-Rei em Ouro Branco e em Divinópolis. Agora a Ufop também tem câmpus avançado em outras áreas. Esse é o compromisso do governo Lula com a educação, superior ou profissional, como a ampliação das Ifeps. Por isso também votamos favoravelmente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, cumprimento também, de modo especial, todos os Srs. Delegados e as Sras. Delegadas, os policiais civis de todo o Estado aqui presentes, que fazem desta uma noite histórica e deste espaço o que na verdade ele é, o espaço do povo mineiro. Declaro o nosso voto favorável à PEC nº 14, como o de toda a nossa Bancada do PSDB e o de toda a base do Governador Aécio Neves. Tributamos de alguma forma, reverenciamos e homenageamos todos os Delegados aqui presentes, assim como todos de Minas Gerais, destacando que esta é luta e vitória de cada um de vocês. Parabenizo-os e digo que esta é batalha vencida, mas outras virão. Nem precisarei repetir, pois os senhores, que são operadores do direito e dominam bem este assunto, sabem bem o que estou dizendo: ainda temos desafio grande pela frente. Devemos estar unidos. Parabenizo cada um dos senhores e das senhoras que aqui vieram, acreditando mais uma vez no Parlamento mineiro, e dou meu testemunho de que também acredito, sim, que nossa democracia ainda está sendo construída. Ainda estamos engatinhando e temos muito a avançar. Para avançar, de fato, o País precisa saber valorizar seus servidores e, de modo especial, saber fazer justiça. O que estamos fazendo aqui é justiça: reconhecer que é, de fato, direito desses senhores e dessas senhoras, operadores do direito e da segurança, ter tratamento isonômico. Essa isonomia começa com essa PEC, mas precisa chegar ao essencial, que é o salário. A luta é grande pela frente, mas estaremos ao lado de cada um de vocês, como sempre estivemos ao lado dos Defensores Públicos. Lembro-me bem do meu primeiro mês de trabalho aqui nesta Casa, há praticamente oito anos. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva lembra-se disto, porque estava aqui. Naquela ocasião, eu assumia a Presidência da Comissão de Administração Pública, logo no meu primeiro mês de mandato. Era novato, mas tinha a responsabilidade que a história me impôs e da qual não fugi. Como Presidente dessa Comissão, acompanhamos inúmeros processos da reforma administrativa e estivemos ao lado dos Defensores Públicos desde o primeiro momento. Ainda temos muito pelo que lutar. Refiro-me a eles para dizer que, se houve avanço para a Defensoria Pública, houve mobilização permanente. Se há avanço neste momento para categoria que enfrenta no dia a dia o crime, que se expõe a riscos, que apenas com muita paixão e vocação pode assumir profissão como esta, é preciso continuar esta união, para que tenhamos ainda mais avanços. Contem conosco para estarmos ao lado de vocês. Tenho certeza de que aqui há unanimidade - vocês viram pelo placar. Mas não é luta fácil, é luta que precisa de perseverança, de mudanças no Estado e na estrutura da República, do pacto federativo. Ainda temos distorção muito grande entre o que o Estado e a Federação arrecadam. Isso precisa ser superado para haver valorização digna de todos os servidores, especialmente os servidores da segurança. Precisamos, então, de salários e condições adequados de trabalho. O Fundo Penitenciário Nacional e o Fundo Nacional de Segurança não têm uma gota em Minas Gerais. Falta dinheiro, e vocês têm de enfrentar o crime com a própria vida. É preciso mais apoio à segurança pública, e esse apoio tem de vir de todos os níveis de governo. Mas, é claro, cabe a nós cobrar do Estado. Estaremos ao lado de cada um dos senhores, não com demagogia, não para dizer que foi uma vitória nossa. É uma vitória dos senhores e das senhoras, que lutam por isso, que têm mostrado vocação em persistir em uma profissão que exige mais que outras da mesma área de conhecimento do direito. Exige mais e paga menos. É um absurdo. Por isso sempre estive ao lado dessa categoria. Não apenas agora, mas sempre, no dia a dia. Quem convive comigo quando fui Prefeito de Divinópolis sabe disso. Quem convive comigo no dia a dia da Assembleia sabe disso. Portanto, contem conosco. Mas não se esqueçam de que essa luta está começando, e, para seu êxito, continuem unidos e mantenham-se unidos em torno dos sindicatos. Trata-se de uma luta suprapartidária, não de uma bandeira só, mas de uma luta que deve nos unir a todos. Parabéns aos Delegados e Delegadas, parabéns aos policiais civis, orgulho da nossa Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, em meu nome e em nome do meu partido, PDT, quero trazer nossos cumprimentos à classe dos Delegados e Delegadas de Polícia de Minas Gerais. Esse foi o primeiro passo dado, um passo importante, em que vamos observar uma estabilização e autonomia maior da classe, e certamente a pavimentação da classe de Delegado. Para ser Delegado hoje, é preciso estar absolutamente preparado. E não só culturalmente, mas emocional e socialmente. Por isso mesmo, observamos que, em Minas Gerais, temos grandes profissionais que têm engrandecido a classe, têm trazido e adquirido a confiança do povo de Minas Gerais. Em nome de cada um, quero cumprimentar a minha querida amiga Elaine Matozinhos, que foi Deputada nesta Casa de 1998 a 2002. Tive a honra de estar ao seu lado e observar sua luta, muito mais difícil naquela época. Com certeza, toda aquela movimentação que você fez, Elaine, está pavimentando uma decisão madura da classe política e da Assembleia de Minas. Ficam aqui o meu agradecimento e o reconhecimento a você. Para encerrar, farei um pedido. Vamos transmitir o que ocorreu nesta Casa ao Congresso Nacional, quando outra categoria da segurança pública, a dos policiais



militares, espera uma posição a respeito da PEC nº 300, que está se arrastando por tanto tempo sem uma perspectiva de vitória no Congresso Nacional. Espero que os Deputados Federais possam se inspirar na Assembleia de Minas e votar essa PEC nº 300, beneficiando a Polícia Militar de nosso Estado. Parabéns aos senhores e contem mesmo com a classe política e com a Assembleia de Minas, porque sabemos valorizar vocês que promovem a segurança pública e trazem orgulho a todos os mineiros, por terem policiais civis da altura de cada um dos senhores.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Srs. Delegados, hoje é um dia em que a segurança pública ganhou, e ganhou o Estado de Minas Gerais. Queria lembrar o dia em que o Presidente Alberto Pinto Coelho e os Delegados fizeram uma grande reunião no Salão Nobre, com o autor, Deputado Sargento Rodrigues, um guerreiro, e com todos os parlamentares, que hoje se sentem homenageados. Homenageiar a Polícia Civil é homenagear a segurança pública. Querida e sempre Deputada Elaine Matozinhos, falava com os Drs. Francisco Eustáquio, Inácio e Ronaldo, que vieram aqui por tantas vezes, e percebemos que a associação e o sindicato trabalharam juntos, fizeram a simbiose necessária para a aprovação dessa PEC. Isso foi o mais bonito aqui dentro, pois 100% dos Deputados, Oposição e Situação, votaram pela segurança pública de Minas Gerais e pelos Delegados de Polícia. Agora partiremos para a nova etapa, para o novo tempo, para aprovar também, Deputado Sargento Rodrigues, a PEC nº 58, das Delegadas de Polícia. Comunico que o Deputado Alberto Pinto Coelho disse que, em homenagem à PEC nº 14, fará a promulgação aqui, no Salão Nobre, na próxima quarta-feira, dia 14. Em nome da Secretaria, de todos os policiais e de todos os Delegados, gostaríamos que todos estivessem presentes aqui nesse dia, para a grande festa da segurança pública. Parabéns a todos, principalmente aos Deputados que reconheceram que essa instituição é a alma da segurança pública. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria também de saudar e parabenizar todos os Delegados de Minas Gerais por este momento histórico, em que esta Casa faz justiça parcial. Digo-lhes que a tolerância e a paciência fizeram e fazem parte da justiça. Ao longo destes anos, vocês foram muito tolerantes, na expectativa de terem o reconhecimento dos Deputados, do Executivo, enfim, do povo de Minas Gerais, em razão de mil dificuldades. Neste momento, na trajetória dos dois últimos governos de Aécio Neves, que caminha para seu fim, ele procurou estruturar Minas Gerais. Lógico que sabemos que o amparo aos Delegados demorou muito, talvez tenha sido o último, mas poderá ser o primeiro daqui para a frente. Hoje foi dado o primeiro passo para se fazer justiça à classe que tem dedicado sua vida para combater a síndrome da criminalidade, daqueles que ficam fora da lei. Reconhecemos o serviço de vocês, que recebem BO, instruem o processo e o esclarecem com seu serviço de inteligência e com toda a sua equipe. Sabemos que os salários têm sido miseráveis. A partir deste momento histórico, com a orientação de vocês mostrando o caminho, esta Casa faz justiça. Tenho a certeza de que os Deputados são sensíveis ao seu trabalho diuturno e reconhecem o trabalho de vocês. Espero que esse primeiro passo se repita, para que seja feita justiça à expectativa da dignidade de cada um de vocês, para que tenham trabalho tranquilo e possam dar a segurança pela qual a sociedade clama. Esta noite é histórica. Quero abraçar todos os Srs. Delegados. A Delegada Elaine Matozinhos está aqui, representando emblematicamente toda a classe. Por ser mulher, quero abraçá-la e abraçar todos vocês, homenageando-os e reconhecendo o serviço que têm prestado a Minas Gerais. Como disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, esta é a melhor Polícia Civil do Brasil, por isso também tem de receber seu galardão em termos de remuneração e dignidade. Parabéns e que sejam felizes daqui para a frente.

O Deputado Wander Borges - Quero ser breve, sucinto e objetivo. Há um tempo atrás, quando eu e o Deputado Mauri Torres estávamos no Aeroporto de Confins para receber o Deputado Federal Ciro Gomes, encontramos com nossa querida Vereadora e ex-Deputada Elaine Matozinhos, que solicitava apoio às reivindicações dos Delegados de Polícia. Chamo a atenção para uma questão extremamente interessante. O conjunto dos Deputados aprovou aqui, com o esforço do Deputado Sargento Rodrigues, essa PEC. Assinamo-la juntos. O inquérito feito por um Delegado de Polícia não é diferente do feito por um Promotor de Justiça. Guardadas as devidas proporções da Carta Magna de 1988, o Ministério Público especializou-se na questão do patrimônio público, da cultura, do meio ambiente e da gestão pública. Ficou com a Polícia Civil o roubo, o latrocínio, o homicídio, enfim, uma gama de serviços extremamente volumosa, que, guardadas as devidas proporções, precisa do mesmo encaminhamento técnico para se chegar a uma conclusão. Assim, para ser objetivo no primeiro ponto, o salário de Delegado tem de ser igual ao do Promotor. Sou funcionário do Tribunal de Contas, funcionário público, assim como o Sargento Rodrigues é da Polícia Militar e a Elaine Matozinhos é do Estado. Quando começamos a ver os aumentos salariais, que todos merecem, e aprovamos aqui vários aumentos no decorrer deste ano, uma coisa me chamou a atenção, Deputado Dalmo. Os Estados brasileiros estão chegando ao limite máximo de gastos no que se refere à Emenda à Constituição nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação às receitas correntes líquidas arrecadadas a cada ano que estão nos seus orçamentos aprovados por esta Casa e pelas Casas Legislativas municipais. Em Minas está quase chegando a 50%; no Ceará e em Sergipe, do mesmo modo. E, por aí afora, é a mesma coisa. Quando se trata das Prefeituras, nem se fala. Quando chega na União, o gasto é de 30% e o volume de recursos arrecadados por ela é extremamente expressivo. Temos de raciocinar pelo Brasil afora que não adianta nos digladiarmos, porque o Estado vai exaurir a sua condição de aumentar os salários, em que pese a ser justo e necessário aos servidores, mas por uma condição legal. Temos, então, de trabalhar para que a reforma seja feita e mais recursos venham para os Estados e para os Municípios, a fim de garantir realmente uma melhoria de salário e um salário digno para os profissionais da rede estadual. Este talvez seja o nosso maior desafio para os próximos anos: rediscutir o bolo tributário. De cada R\$1.000,00 que se arrecada neste país, pelo suor do povo brasileiro, R\$700,00, Sargento Rodrigues, estão nas mãos do governo federal. Então são 70% nas mãos da União e 30% para dividir para Estados e Municípios. Que Estado vai aguentar isso? Que Município vai aguentar isso? A última novidade foi a desoneração do IPI. Tiraram o IPI dos automóveis, uma medida extremamente interessante. O sujeito não vai deixar de comprar um carro zero-quilômetro por causa de R\$1.000,00, mas onde bateu isso? Nos Municípios de Poté, de Malacacheta, de Itambacuri, de Itaobim, pois as suas receitas são provenientes da atividade econômica e do ICMS. Da outra ponta, Vereadora Elaine Matozinhos, vêm do FPM, que é o somatório do IPI mais o Imposto de Renda produzido pela classe trabalhadora e pelas empresas brasileiras. Essa é a grande discussão que temos de fazer. O Parlamento precisa avançar, para que possamos, a cada dia, ter momentos memoráveis e históricos como este que tivemos aqui. Parabênizo, então, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o conjunto dos seus Deputados, a nossa querida Vereadora Elaine Matozinhos, o nosso Deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado pela oportunidade.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, quero fazer um agradecimento especial às nossas Delegadas e aos nossos Delegados de Polícia que permaneceram nas galerias para que pudéssemos fazer agora, com mais tranquilidade, a nossa declaração de voto. É uma declaração de voto que fazemos com muito carinho. Talvez alguns dos Srs. Delegados e das Sras. Delegadas não conheçam a nossa trajetória na Polícia Militar, a qual sempre foi de parceria e de sintonia muito fina com os companheiros da Polícia Civil. Temos aqui um companheiro que nos conheceu do tempo em que eu era comandante de viatura Rotam na região metropolitana, o nosso companheiro José Maria de Paula, mais conhecido como José Maria Cachimbino, que é tão conhecido dos senhores e das senhoras. Talvez alguns Delegados e Delegadas mais novas não saibam quem é José Maria de Paula. Quando ele chefiava a Inspetoria-Geral da Delegacia de Furtos e Roubos, na Rua Uberaba, nº 175, Barro Preto, nos encontramos por diversas vezes. E também nos encontramos com Delegados de Deoesp, da Delegacia de Furtos e Roubos e da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes. Cansei de levar ocorrências para o Dr. Otto Teixeira Filho, nosso ex-Chefe de Polícia, ainda na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes. Sempre tivemos uma parceria e uma sintonia muito fina com os companheiros da Polícia Civil. Está presente a minha companheira Elaine Matozinhos, Delegada de Polícia, ex-Deputada, hoje Vereadora e fundadora da Delegacia de Mulheres em Minas Gerais. No meu primeiro mandato, por muitas vezes nesta tribuna, ainda durante o governo Itamar Franco, no mandato de 1999 a 2002, preguei e falei incansavelmente sobre a integração das forças de segurança pública do Estado. Do lado de lá, o crime se organiza, e precisamos estar unidos cada vez mais: a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e o sistema prisional. Já ocupei esta tribuna, Sras. Delegadas e Srs. Delegados, por dezenas de vezes para dizer que, dos cinco dentes da engrenagem do aparato da justiça criminal, o patinho feio é a segurança pública: há a Polícia Militar, depois a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o sistema prisional. As polícias sempre foram o patinho feio do aparato de justiça criminal. Sinto honra, grandeza, satisfação; uma emoção toma conta de mim quando vejo as galerias cheias de Delegados e de Delegadas de Polícia, assim como de muitos companheiros da Polícia Civil, com o apoio do Sindpol, que também congrega Delegados de Polícia. E não posso esquecer-me do Sindepo-Minas, que foi precursor nessa matéria. Não fiz aquela lembrança por acaso. Lembramos do Sindepo-Minas porque ele estava aqui em 2006, junto com o Sindpol. A pessoa do Dr. Danilo Pereira precisa ser lembrada de forma muito positiva, como fiz quando aprovamos, nesta Casa, a Emenda Constitucional nº 77, de minha autoria, que reduziu o tempo para a aposentadoria dos policiais civis de Minas Gerais de 35 para 30 anos. O Dr. João Wilson esteve no meu gabinete e disse: "Deputado, estou numa briga no Judiciário, batendo nas portas do Tribunal de Justiça e do STJ, mas não me conformo em ver que a Polícia Civil não tem direito à aposentadoria especial de 30 anos e que fazem uma interpretação equivocada e restritiva da Lei Complementar nº 51/85". A partir do momento em que chegamos a esta Casa, procuramos exercer o mandato entendendo a complexidade da segurança pública. E digo para alguns que estão mais próximos do nosso cotidiano, como o José Maria, o Denilson, o Antônio Marcos Pereira e o Toninho Pipoco, meu companheiro de longa data, que a segurança pública se resume a três

verbos. Nós, operadores da segurança pública - policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, Agentes Penitenciários -, trabalhamos com apenas três verbos: prevenir, reprimir e investigar. Mesmo que a nossa Constituição não tenha delineado isso por meio de lei complementar, é assim que as polícias agem o tempo todo, numa ação conjunta. Por isso, tanto preguei a integração das forças policiais em Minas Gerais, e, graças a Deus, o nosso Estado vem acordando. A aprovação dessa emenda constitucional é um passo firme, é a pavimentação de uma estrada segura para o resgate da valorização daqueles que, de fato, prestaram concurso de provas e títulos, com o acompanhamento da OAB, e são Delegados de Polícia, mas que, infelizmente, não recebiam e ainda não recebem reconhecimento, valorização, respeito profissional por parte do Estado. Estou muito feliz. Esta noite, para mim, companheira Elaine Matozinhos, é motivo de muita alegria, de muita satisfação, porque sempre fui muito cobrado: "Deputado, o senhor atua muito em defesa dos militares". Mas o tempo é senhor da razão: ele mostra que é possível legislar para os patinhos feios da segurança pública. O companheiro que nos antecedeu o disse muito bem. Já estou concluindo, Sr. Presidente. Como fui tolhido no primeiro momento em que tínhamos 10 minutos, o Presidente Alberto Pinto Coelho solicitou que eu fizesse a declaração de voto depois. Então pedi que fosse no final, para que eu pudesse fazer uma declaração de voto - diria - mais conclusiva. Tivemos uma participação importante em 2005, durante a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 58. Tive a coragem de ser o autor da emenda que deu fim ao quadro suplementar, com o objetivo de oxigenar a Polícia Civil. Vários Delegados de Polícia foram promovidos com o fim do suplementar - isso, repito, com o PLC nº 58, de que fui relator em 2º turno. Fizemos também a promoção dos Agentes e dos Escrivães aos 10 anos na carreira, nos mesmos moldes em que o fizemos para a Polícia Militar no ano anterior, em 2004. Promovemos 793 Carcereiros de Polícia a Agentes de Polícia, no ano de 2005, pela Lei Complementar nº 84, de que fui relator em 2º turno. E tive a felicidade de ser o autor da Emenda à Constituição nº 77, que o nosso Presidente Alberto Pinto Coelho promulgou em 17/7/2007, uma nova oxigenação na carreira. Naquela época, o companheiro Marco Antônio Chedid me falou: "Deputado, já estou com 32 anos de polícia e quero aposentar-me". Hoje o Chedid está aposentado, forte, com saúde e está cuidando de outros afazeres, trabalhando de forma mais tranquila, inclusive dentro do próprio Sindepo-Minas, ajudando a representar as senhoras e os senhores. Agora, nesta data histórica, aprovamos, por 54 votos a zero, em 2º turno, a emenda constitucional - volto a insistir - que pavimentou, Deputado José Henrique, o caminho para a valorização. Aos membros do Ministério Público é muito fácil, Deputado José Henrique, porque, se há holofote, escolhe-se que crime se vai investigar, porque fica mais bonito aparecer. Mas o Delegado de Polícia, não; ele cuida do varejão, ele cuida do especializado, ele cuida de tudo, porque a ele é dada e é cobrada a responsabilidade para que atue em todos os crimes, seja um pequeno furto, seja um assalto a banco, seja um sequestro. E que se diga de passagem: no nosso Estado, considerando-se a atuação da nossa Polícia Militar e da nossa Polícia Civil, não se ouve falar sequer em sequestro, graças à atuação desses profissionais abnegados. Por fim, Sr. Presidente, apresento esse requerimento solicitando audiência pública para debater a PEC nº 58, para que as Delegadas e as Agentes Escrivãs de Polícia tenham também sua aposentadoria aos 25 anos de efetivo serviço, conforme foi aprovado para as policiais militares. Essas são minhas palavras, Sr. Presidente. Digo da minha alegria e da satisfação de ter convivido, na área operacional, com inúmeros Delegados de Polícia. Graças a Deus, Elaine Matozinhos, sempre tive a melhor acolhida, com integração fina e certamente com metas para combater o crime. Parabéns. Como muito bem lembrado pela Deputada Elaine Matozinhos, na minha chegada e na chegada dela, fundamos nesta Casa, que não tinha foro adequado para discutir segurança pública, a Comissão de Segurança Pública. Discutia-se segurança pública na Comissão de Direitos Humanos. Logo eu, Elaine Matozinhos e o companheiro Rogério Correia fundamos a Comissão de Segurança Pública nesta Casa, para que segurança pública tivesse foro legítimo e adequado para discussão. Perdoe-me, Sr. Presidente, pelo avançado da hora e por ter-me delongado, mas eu não poderia deixar de fazer esse resgate e de dizer aos Delegados de Polícia e às nossas Delegadas que estamos de alma lavada, dando-lhes o reconhecimento que o Estado devia a esses profissionais. Muito obrigado a todos, e que Deus os abençoe.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 7, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Weliton Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Suely Duque Rodarte para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; discurso do Deputado Weliton Prado; encerramento da discussão; votação secreta; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Irene de Melo Pinheiro para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; encerramento da discussão; discurso do Deputado Carlin Moura; votação secreta; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Avani Avelar Xavier para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Sebastião Antônio dos Reis e Silva para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Magda Lopes Campbel para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Keyla Mayumi Ferreira Matsumura de Melo para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Maria Aparecida Sanchez Coelho para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Tomás de Andrade Nogueira para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Delben para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Façal David Freire para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Carlin Moura e Lafayette de Andrada; votação secreta; aprovação - Registro de presença - Declarações de voto - Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes -

Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e votação de indicações.

#### Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Suely Duque Rodarte para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado\* - Farei algumas reflexões. Neste momento, votaremos as indicações dos nomes para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação. O nome a ser apreciado é da Sra. Suely Duque Rodarte para o cargo de Conselheira Estadual. Não faremos nenhuma crítica; ao contrário, parabenizamos a Suely e encaminhamos favoravelmente a sua aprovação, mas não posso deixar, mais uma vez, de fazer sérias críticas à forma como são feitas essas indicações, não se ouvindo a sociedade nem as pessoas envolvidas com educação.

Com a Deputada Maria Tereza Lara, fizemos várias modificações, apresentações e solicitamos alterações, para que as indicações fossem indicadas de forma democrática, contando com a participação popular. Muitas entidades ligadas à educação gostariam de contribuir mais.

Vejam a triste situação em que hoje se encontra o ensino médio; o salário dos professores do Estado é uma vergonha, um verdadeiro abuso. É papel do Conselho Estadual de Educação atuar nessa questão, só que os nomes são indicados pelo governo, então as pessoas que estão lá não têm autonomia, independência para agir em defesa da educação. Se houvesse outra forma de indicação, se se ouvissem as entidades e a população, essas pessoas teriam condições de atuar democraticamente à frente do Conselho. Encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto e do nome da Suely para o Conselho Estadual de Educação, mas não poderia deixar de fazer essas críticas.

Gostaria de conhecer o pensamento dos Conselheiros do CEE a respeito dos vencimentos dos servidores da educação em nosso Estado. Um professor, às vezes, recebe menos de um salário mínimo. Gostaria de conhecer a opinião dos Conselheiros, inclusive a de Suely, em relação ao fato de Minas Gerais não acatar a Lei Federal nº 11.768, que garante piso nacional para os servidores da educação. Nosso Estado não paga o piso nacional para os servidores da educação. Criou-se um teto remuneratório, e não um piso salarial de vencimentos. Quero saber qual é o posicionamento do Conselho e de todos os Conselheiros em relação à triste situação em que se encontram os profissionais de educação em nosso Estado. Se o servidor nem tem condições de sobreviver, como pensarmos em melhorar a situação da educação em Minas Gerais, que realmente é caótica? É fundamental garantirmos a valorização dos profissionais da educação, e esse é papel também do Conselho Estadual, que é totalmente omissivo no que diz respeito a qualquer tipo de questionamento sobre as políticas implementadas por parte do governo do Estado. Pode ser uma política ruim, pode ser o que for, que o Conselho cruza os braços e não diz nada. O Conselho tem de ser independente, autônomo; tem de falar a verdade, mostrar a realidade. E é triste a situação da educação em nosso Estado, é triste a situação de um professor, até com curso superior e pós-graduação, receber menos de um salário mínimo como salário-base inicial. Isso é uma verdadeira vergonha. É inadmissível. Quero ver os Conselheiros, inclusive Suely, posicionarem-se com independência e autonomia, para defender a educação, defender a melhoria de sua qualidade em nosso Estado.

Encaminhamos de forma favorável, mas ficam aqui as nossas críticas, para que o Conselho Estadual de Educação cumpra a sua função, tenha autonomia, independência e coragem para mostrar a realidade e discutir, junto ao Secretário de Educação, junto ao governo, os problemas que a educação enfrenta em nosso Estado - e são muitos, para começar, o salário de fome que é pago aos servidores. Infelizmente, as alterações que apresentamos ao Conselho Estadual de Educação não foram aprovadas pelo governo. É uma luta antiga, mas que tem de continuar. Encaminhamos favoravelmente, apesar de nossos questionamentos.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, voto a favor.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto "sim" também não foi registrado.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 46 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Suely Duque Rodarte para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Irene de Melo Pinheiro para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, estou encaminhando favoravelmente à aprovação do nome da Profa. Irene de Melo Pinheiro. Ela é Presidente da Fundação Helena Antipoff e é uma educadora que tem todo um passado voltado à educação. Aliás, foi aluna da própria Helena Antipoff, portanto tem uma concepção de educação avançada. Quero, Sr. Presidente, de forma muito especial, registrar que, durante a gestão da Profa. Irene na Fundação Helena Antipoff, conseguimos obter a estadualização dessa fundação. Hoje ela é uma fundação pública e oferece cursos gratuitos para os estudantes. Obviamente ainda precisa de melhores aportes financeiros, especialmente no que diz respeito à valorização dos professores. Minas Gerais deu um passo importante, ao fazer a estadualização da Fundação Helena Antipoff. Que isso possa servir de exemplo para outras estadualizações, como, por exemplo, a da UninCor. Nesse sentido, encaminhamos favoravelmente à indicação da Profa. Irene, pelos seus próprios méritos.

O Sr. Presidente - Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 45 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Irene de Melo Pinheiro para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Avani Avelar Xavier para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos, encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Avani Avelar Xavier para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Sebastião Antônio dos Reis e Silva para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Sebastião Antônio dos Reis e Silva para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Magda Lopes Campbel para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Magda Lopes Campbel para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Keyla Mayumi Ferreira Matsumura de Melo para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Keyla Mayumi Ferreira Matsumura de Melo para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Maria Aparecida Sanchez Coelho para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do

Estado, do Nome da Sra. Maria Aparecida Sanchez Coelho para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 45 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Tomás de Andrade Nogueira para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Tomás de Andrade Nogueira para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Delben para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, não consegui votar. O meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Delben para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Faíçal David Freire para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura\* - Acompanhei o nome dos demais Conselheiros. Votei favoravelmente a todos eles, apesar de o voto ser secreto, porque fiz parte da Comissão Especial. No entanto, quanto ao caso específico do Conselheiro Faíçal David Freire, estou encaminhando contrariamente a aprovação do seu nome por alguns motivos que considero bastante importantes. O Prof. Faíçal é Reitor da Universidade de Itaúna, instituição de ensino privado. Penso que o Conselho Estadual de Educação não pode perder o equilíbrio entre as instituições públicas e as instituições privadas, pois isso acaba desequilibrando a sua própria constituição. O Conselho passa a ter uma prevalência muito grande do setor privado, especialmente num momento como este, em que vamos aprovar nesta Casa, em 2º turno, o novo plano decenal de educação, em que apontamos a importância do ensino público e gratuito.

O segundo motivo que me leva a ser contrário à sua indicação para o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior é que o Prof. Façal, na condição de Reitor da Universidade de Itaúna, há pouco mais de sete ou oito anos deu um péssimo exemplo de como se deve gerir uma instituição particular de ensino: ante a movimentação legítima de estudantes dos cursos de História e Química, tomou uma atitude completamente antidemocrática. Houve a expulsão de mais de 12 alunos daquela instituição de ensino, que, para continuarem seus cursos, para frequentarem as aulas, para fazerem provas, para conseguirem a renovação de matrícula e até para conseguirem seus diplomas, tiveram de bater às portas da Justiça por meio de liminares, porque a universidade não lhes proporcionou o direito de defesa, o contraditório. Foi um péssimo exemplo que o Prof. Façal deu em relação a seus alunos, e penso que é muito ruim para o Conselho Estadual de Minas Gerais referendar o seu nome. Nestes anos todos, em momento algum, o vi fazer autocrítica em relação à sua postura, à sua condução.

Estou encaminhando contrariamente à aprovação do nome do Prof. Façal, porque ele pode dar mau exemplo aos donos de escolas particulares. Vai incentivá-los a pensar que a escola particular é a sua cozinha e que podem fazer tudo contra todos, desrespeitando a lei, o contraditório, o princípio do direito de defesa e os alunos. É o único indicado que não merece ocupar o cargo de Conselheiro Estadual de Educação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada\* - Sr. Presidente, apenas 1 minuto. Fui membro da Comissão Especial que apreciou o nome dos Conselheiros indicados e votados nesta manhã, inclusive o Prof. Façal. Nós, da Comissão Especial, que interrogamos os indicados, verificamos que o Prof. Façal tem toda a competência e as qualidades necessárias para ocupar o cargo de Conselheiro Estadual de Educação. Lembro que o Conselho Estadual de Educação não é órgão disciplinar, mas um órgão técnico, que tem por objetivo efetivamente orientar e estudar como estão sendo empreendidas as ações na educação pelo Estado de Minas Gerais. O Prof. Façal mostrou grande conhecimento sobre o tema, está indicado para a Câmara Superior, e nós, do PSDB e de toda a base de governo, encaminhamos o voto favoravelmente.

O Sr. Presidente - Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Viana - Duarte Bechir - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 32 Deputados. Votaram "não" 7 Deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Façal David Freire para Membro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. Oficie-se ao Governador do Estado.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência anuncia a presença, nas galerias, de alunos da 8ª Série da Escola Estadual Alizon Themóter Costa, de Ribeirão das Neves, parabenizando-os e desejando-lhes boa estada em nossa Assembleia.

#### Declarações de Voto

O Deputado Weliton Prado - Votamos favoravelmente à indicação das Conselheiras e dos Conselheiros do Conselho Estadual de Educação e até apresentamos os questionamentos para que se modifique o processo de indicação. Quero comunicar a todos que ontem estive na Agência Nacional de Energia Elétrica, quando foi definido o percentual de reajuste para a Companhia Energética de Minas Gerais. Apresentei várias propostas e fiz a sustentação oral na Aneel, que decidiu por um aumento de 7,58%, incluindo no cálculo todos os componentes financeiros, como o referente a Itaipu, o dólar, etc. Poderiam perguntar: se houve o reajuste, como está nos jornais hoje... Solicito que seja respeitada a minha palavra, pois essa é a prática na Casa, sobretudo tendo em vista os acordos realizados. Aliás, gostaria de não retirar a minha inscrição; mantenho-a para todos os projetos. Foi um acordo, é de praxe, todos têm o direito de se expressar. Mas, como eu dizia, o que aconteceu na tarde de ontem? A Aneel decidiu por um reajuste de 7,58% na conta de luz, considerando-se o dólar, Itaipu e todos os componentes financeiros. Mas, se houve aumento de 7,58%, como a luz ficará mais barata? Explico que a causa foram fatores externos, que foram justamente as denúncias que fizemos sobre os erros de cálculo. Houve um recálculo na conta de luz em relação a 2009, que daria o efeito negativo de 9,45%. Pegou-se esse recálculo de quase 10%, menos os 7,58% de reajuste, e houve a redução média de 1,48%, tendo as grandes indústrias redução na conta de luz de 10%. Esse foi o questionamento que fizemos porque os consumidores de baixa renda terão redução de 5%. Gostaria de comemorar, principalmente por termos conseguido impedir um aumento. Conseguimos impedir um aumento significativo, e ainda houve uma pequena redução. Apresentamos dois questionamentos, e o primeiro se refere ao cálculo que será utilizado para o reajuste do ano vem: que tenha o valor efetivamente pago pelo consumidor. Se nos basearmos nesses 7,58% de aumento, a conta, no ano que vem, já começará com aumento de 7,58%, o que não podemos admitir. Estou apresentando um recurso para a Aneel para que a conta de luz de abril do ano que vem não comece com esse aumento de 7,58%. A nossa grande vitória foi não ter deixado aumentar a conta de luz. Fizemos sustentação oral, apresentamos toda a documentação, apresentamos quatro propostas e não recebemos questionamento por parte da Cemig. Fiz todos os levantamentos, apresentei as propostas e questionei vários pontos com relação à decisão dos Diretores da Aneel. Na minha avaliação, a Aneel não tem a autonomia e a independência que deveria ter. Apresentei a denúncia de que o ex-Governador Aécio Neves contratou o ex-Presidente da Aneel, Jerson Kelman, para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Light, que foi comprada pela Cemig. Perguntamos qual seria a imparcialidade e a não interferência nesse processo, já que ele era ex-Presidente da Aneel. Muito nos estranham as notas da Aneel divulgadas pela imprensa, que não mostraram a tabela com redução de 10% para alta-tensão e também não admitiram para a imprensa o seu erro; admitiram-no apenas nas notas técnicas. A Aneel errou sim. Pela minha avaliação, esse roubo favoreceu as companhias de energia. Se alguém quiser conferir, tenho em mãos o documento com a posição da Aneel em relação ao recálculo, que ficou em torno de 9%. Finalizando, fico muito feliz, principalmente por não ter acontecido o aumento na conta de luz. Votamos favoravelmente à indicação do Conselho Estadual de Educação.

O Deputado Duarte Bechir - Presidente, quando tentou manifestar-se, o Deputado Lafayette de Andrada o fez para que continuássemos a discussão do projeto votado por esta Casa, referente à indicação dos nomes para o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental, assunto de extrema importância para a política educacional do Estado. Mas o Deputado Weliton Prado, que nos antecedeu, usou do expediente para trazer assunto diferente do que estava sendo discutido, e o Deputado Lafayette de Andrada, não como Líder de governo, tentou interpelar para que continuássemos a discussão da matéria relevante. Quero me juntar à interpelação do Deputado Lafayette e dizer que todos nós temos a oportunidade de nos manifestar a respeito de qualquer assunto que considerarmos importante. Quando terminamos de analisar e de votar um projeto como esse, é natural que queiramos nos expressar em relação a ele. Como se trata de ano eleitoral, o eleitor mineiro saberá analisar tudo o que ocorre no meio político. Por exemplo, não se trata de, agora, trazer a este Plenário a discussão do Bancoop, dos mutuários de São Paulo que estão sem casa, sem dinheiro. Quero dizer a V. Exa., aos demais Deputados e a quem nos assiste que foi motivo de muita satisfação para nós a aprovação do projeto que acabamos de votar, que normatizou o Conselho e indicou os nomes dos Conselheiros. O primeiro deles é o da Profa. Suely Duque Rodarte, nossa Secretária de Educação quando estivemos à frente da Prefeitura de Campo Belo. É momento prazeroso para mim estar aqui e aprovar esse nome e os nomes de todo o Conselho, porque sabemos da importância da educação como veículo de transformação e desenvolvimento. Essas são as minhas considerações. Mais uma vez quero enfatizar que a

interpelação do Deputado Lafayette de Andrada destinava-se tão somente a dar sequência à discussão, ao trabalho da manhã de hoje. Gostaria ainda de dizer que, quando a Profa. Suely Duque esteve à frente da educação em Campo Belo, fizemos uma verdadeira revolução e criamos o sistema de avaliação municipal nos moldes do adotado no Estado. Analisamos os alunos em relação à educação, ao comportamento e até mesmo à sintonia familiar que existe entre eles e seus pais. Fizemos uma grande revolução em Campo Belo, e a Profa. Suely Duque, depois de estar conosco à frente da Prefeitura de Campo Belo, foi Secretária da Educação em Carmo da Cachoeira. De todos os nomes aprovados, quero frisar novamente que fico muito feliz com a indicação do dela, que muito somará a esse Conselho. Os nomes foram escolhidos após a análise primária da Comissão Especial, de que também participei. Analisamos cada um deles. Sabemos que Minas Gerais tem crescido muito em relação à educação. Quero manifestar ainda a grande responsabilidade do Governador Anastasia, que, sempre muito perto das decisões do Governador Aécio, dará continuidade ao seu trabalho. Quero manifestar a minha confiança de que o trabalho crescerá e de que Minas Gerais continuará a ser exemplo para todo o País em termos de educação. A consideração deste Deputado é pela satisfação da aprovação desses nomes, especialmente o da Conselheira Suely Duque Rodarte, da minha querida cidade de Campo Belo. Obrigado.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, votamos favoravelmente a que possamos ter um bom Conselho e continuemos a melhorar a educação, como desejam o Governador Aécio, o Governador Anastasia, a Profa. Vanessa, o Gilberto e outros da Secretaria e da Superintendência de Educação. Queria mencionar a forma arbitrária, quase doentia, com que agiram o Ibama e a Polícia Rodoviária Federal, a agressão contra os caminhoneiros que transportam carvão vegetal. Infelizmente, baseados em uma lei de 1988 e em outra de 2004, sem avisar ninguém, o Ibama, um órgão do governo federal, prendeu caminhoneiros que transportavam carvão sob a alegação de que há uma lei de anos e anos atrás que os obrigava a ter três certidões. Eles tinham duas. Assim, foram presos sem o governo federal fazer nada. Enviamos correspondências ao Presidente Lula e ao Ibama porque não aceitamos que os caminhoneiros de Minas Gerais sejam tratados como bandidos; e foi isso que o Ibama, órgão do governo federal, fez com os caminhoneiros, aliás, quebrando a cadeia produtiva do carvão vegetal, dos reflorestamentos e das siderúrgicas, tão importante para Minas Gerais, haja vista que a crise financeira do ano passado quase acabou com esse sistema. Portanto, não podemos mais ficar à mercê de técnicos burocráticos que, às vezes, indicados pelo governo federal, não têm o mérito. Têm, sim, a carteirinha de filiado no PT e, com isso, fazem esse tipo de terrorismo contra pessoas corretas e sérias que estão trabalhando - os caminhoneiros cujos caminhões foram apreendidos. Agora, eles terão de discutir judicialmente multas muito altas. Estaremos atentos e brigaremos contra isso. Quero também dizer que sou Presidente da comissão dos aposentados, pessoas educadas que sempre primam pelo bom trabalho. Achataram o salário daqueles que recebem mais de um salário mínimo. O perverso fator previdenciário, que era uma bandeira do PT, nunca mais foi bandeira após o Presidente ter sido do PT. Pelo contrário, estamos lá lutando integralmente com vários partidos, inclusive com o PTB. O Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá comanda esse trabalho para uma recomposição salarial, e o governo federal não aceita e quer massacrar os aposentados. Coitados dos aposentados. Felizmente, estamos chegando a um acordo, pois o único percentual de reposição que o governo aceita é 6,4%, um absurdo. Deveria ser semelhante aos números utilizados para reajustar o salário mínimo. O que aconteceu com quem se aposentou com quatro ou cinco salários mínimos? Hoje recebe um e meio ou dois salários mínimos, mas o preço dos medicamentos aumenta o tempo todo. Vimos que a Aneel, não só no governo anterior, mas neste também, sempre concede aumentos maiores que o devido, havendo necessidade até mesmo da interferência do Parlamento mineiro para haver consenso. Então, vamos pressionar Brasília para que esse aumento seja o mais perto da realidade. Aliás, teremos muito trabalho. Gostaria de tratar do último assunto. Ontem foi publicada no "Minas Gerais" a desapropriação de terrenos por onde passará o asfaltamento que ligará Coração de Jesus a Ponte dos Ciganos. O Governador Anastasia prometeu esse asfaltamento, o projeto está pronto e agora estão ocorrendo as desapropriações, a fim de que seja feita a licitação. Aliás, quero agradecer a esta Assembleia a votação e a aprovação dessa estrada. Foi indicado o nome de um carvoeiro antigo, uma pessoa que trabalhava e era o meu pai: Arlen Santiago. Sendo assim, essa estrada de Coração de Jesus, passando por Ponte dos Ciganos e indo até Brasília de Minas, recebeu o nome de Arlen Santiago, homem honrado que sempre trabalhou muito. Agradeço a esta Assembleia por ter aprovado esse nome e ao Prof. Anastasia por mandar o DER fazer todos os preparativos a fim de asfaltarmos esse trecho tão interessante. Também parabeno toda a Assembleia pela aprovação do nome dos Conselheiros Estaduais de Educação. Obrigado, Sr. Presidente.

#### Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Quero aproveitar a fala do Deputado Arlen Santiago, pois aqui, nesta manhã, tratamos muito de escolhas. Ontem Minas Gerais sofreu outra grande derrota: saiu da Presidência do Ibama o ambientalista mineiro Roberto Messias, uma perda para Minas Gerais; ele saiu praticamente escorraçado do governo Lula, do governo Dilma, mandado de volta para Minas Gerais, onde, sem dúvida, continuará seu trabalho histórico em favor do meio ambiente. Enfim, perdemos mais um cargo, como também, Sr. Presidente, perdemos quanto à indicação do Desembargador Baía Borges para o Superior Tribunal de Justiça, na qual esta Assembleia se envolveu. O Presidente Lula indicou um Desembargador do Ceará com experiência de apenas dois anos e se preteriu o de Minas Gerais. Neste governo Lula, Minas Gerais vem perdendo espaço nos Tribunais Superiores; o governo Lula abandonou totalmente Minas Gerais. Não adianta a candidata Dilma vir ao nosso Estado, depois de viver a vida inteira no Rio Grande do Sul, e colocar uma coroa de flores no túmulo do Presidente Tancredo Neves. Deveria, então, colocá-la com um pedido de desculpas do PT, que se voltou contra o Presidente Tancredo Neves. O PT expulsou seus membros que votaram a favor do Presidente Tancredo Neves e agora acredita que trazer e colocar uma coroa de flores no túmulo do Tancredo Neves resolverá a história. A história marcou o PT como o partido que foi contra o Presidente Tancredo Neves; não há como apagar essa história. Portanto, quero tratar dessa questão de escolha, de como o Presidente Lula tem preterido, abandonado e esquecido Minas Gerais. Os números de acidentes nas rodovias federais no final de semana prolongado, durante a Semana Santa, demonstram o abandono das nossas estradas e a falta de policiais rodoviários federais. Estamos lamentavelmente acompanhando isso. E vejam que recebemos aqui uma crítica. O governador Aécio Neves completou um governo reconhecido em todo o Brasil e internacionalmente, mas recebeu uma crítica por encaminhar à Assembleia Legislativa os nomes para composição do Conselho Estadual de Educação. Tive a honra de participar da Comissão Especial que analisou essas indicações. Ouvimos todos; fizemos a sabatina. Alguns nos impressionaram muito, como a Profa. Rosane Costa, que já foi Secretária de Educação do Amazonas e nos deu uma verdadeira aula. Ela foi indicada do serviço público pelo Governador Aécio Neves, como tantas outras professoras e tantos outros professores que são indicados pela extensa folha de serviços. É dessa maneira que o governo de Minas faz as suas indicações. Foram colocadas suspeitas sobre o nome do Governador Aécio Neves; suspeitas de que montou um governo com auditoria-geral e auditorias setoriais, fazendo permanentemente auditagens nas Secretarias, nos órgãos e nas autarquias. É um governo transparente, portanto não podemos aceitar isso. Do outro lado, vemos o governo federal, do Presidente Lula e da Ministra Dilma, colocar mineiros para fora, preterir mineiros, preterir um Desembargador como Baía Borges, em quem todos os mineiros têm a maior confiança. Ele faz parte da nossa Corte Eleitoral, mas foi esquecido pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma. Ora, perdemos Roberto Messias, um dos nossos ambientalistas que é um exemplo para todos. Ele saiu pela porta dos fundos do governo federal; foi mandado embora. É dessa maneira que vemos esse governo federal, diferentemente do governo Aécio Neves, do governo Anastasia, do governo do PSDB, que envia a esta Assembleia Legislativa nomes para avaliação. Minas Gerais não aceitará coroa de flores; Minas Gerais quer que a história seja contada. Os mineiros não esquecerão essa história. O mineiro Tancredo Neves foi abandonado em um momento importante da história do Brasil pelo PT, que votou contra ele. Essa é a verdade. Não adianta a Ministra Dilma vir até aqui. Os mineiros não esquecem. Conhecemos a nossa história. Obrigado, Presidente.

O Deputado Marcus Pestana - Sr. Presidente, farei dois pequenos registros: primeiro, toda vez que vejo o Deputado Weliton Prado se pronunciar lembro-me do meu entusiasmo juvenil dos tempos de movimento estudantil, mas acho que a democracia se consolidou no Brasil e precisamos ser muito cuidadosos com algumas questões. Ninguém tem monopólio da verdade e das boas intenções. Temos que ser muito cuidadosos, até porque podemos sofrer desse mesmo veneno com a abordagem de nomes e biografias. Por ser amigo e grande admirador do Jerson Kelman, técnico de renome internacional, um dos maiores especialistas em energia de todo o Brasil - não foi à toa que sobreviveu no governo Lula, tendo sido Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA -, gostaria de registrar que, como Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, tive o privilégio de gozar da amizade dele e conhecer de perto a sua competência, a sua consistência técnica. E tanto é verdade, que o próprio governo do PT, a Ministra Dilma, Ministra de Minas e Energia, o indicou para a Aneel, já tendo sido ele Presidente da ANA. Agora, é preciso ter uma visão mais profissionalizada de Estado. O Governador Aécio, também mostrando toda a sua clareza, a sua visão, arregimentou o Kelman para um desafio fundamental: por intermédio da Cemig, foi indicado como Presidente da Light, a fim de recuperar, dar o padrão de qualidade Cemig à Light, para que o povo do Rio de Janeiro possa usufruir a mesma qualidade que o povo mineiro usufrui na área energética. Então quero fazer esse desagravo ao Jerson Kelman, autoridade internacional no assunto, na questão do aproveitamento da água e na questão energética; pessoa acima de qualquer suspeita, com profundo espírito público e compromisso com a ética. Quero fazer esse registro, porque sou seu amigo e me vejo obrigado a isso. Faço outro pequeno registro para acompanhar o meu caro companheiro Deputado



João Leite. Achei efetivamente um despropósito, uma hipocrisia a atitude da ex-Ministra Dilma, candidata à Presidência da República, que ontem foi ao túmulo do Tancredo depositar uma coroa de flores. Todos devem homenagear esse grande brasileiro que foi Tancredo Neves, fundador da Nova República. Mas essa visita da Ministra Dilma deveria ser acompanhada de uma autocrítica. Ao chegar lá, deveria, publicamente, pedir desculpas ao Brasil pelo equívoco profundo do PT: quando estava em jogo a transição democrática, ele se ausentou do colégio eleitoral. Poderia ter propiciado a permanência do regime autoritário através da candidatura Paulo Maluf; deveria não só fazer uma autocrítica, pedir desculpas ao Brasil e à memória do Tancredo, mas também aos Deputados petistas Beth Mendes, José Eudes e Ailton Soares, expulsos do PT por terem votado no Tancredo pela fundação da Nova República, pela redemocratização do País. O PT clama muito por coerência e comparação, então vamos comparar, sim: no momento em que estavam em jogo a liberdade e a democracia, o PSDB e todos os democratas votaram em Tancredo no Colégio Eleitoral; ao contrário, o PT se ausentou e puniu com expulsão os três Deputados petistas que votaram a favor da liberdade e da democracia. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de cumprimentar os novos Conselheiros referendados pela Assembleia Legislativa. Desejo-lhes muito êxito no trabalho em benefício da educação de nosso Estado. Em segundo lugar, gostaria de trazer uma notícia do interesse de todo o funcionalismo da Assembleia Legislativa, que diz respeito ao pagamento que é feito através do Banco do Brasil. Realmente, isso tem causado uma grande preocupação. Alguns funcionários nos procuraram, para verificarmos e resolvermos com carinho essa questão. A direção da Assembleia Legislativa não tem a obrigação de providenciar um espaço na Casa para o Banco do Brasil, que, sendo uma instituição à parte, tem de resolver os seus problemas. Nós, da Mesa, estamos negociando com o banco para que, amanhã, instale novamente um segundo caixa, com cadeiras, principalmente em respeito aos aposentados, para que os pagamentos que serão feitos a partir da próxima sexta-feira sejam agilizados. O Banco do Brasil tem de tomar uma decisão e providenciar um espaço próprio e ampliado, já que, por seu intermédio, é feito o pagamento de todos os funcionários da Assembleia Legislativa. Não será possível vermos todo aquele acúmulo de funcionários, sobrecarregando aquela pequena agência, sem que haja uma solução definitiva para isso. O Banco do Brasil tem de assumir o seu papel e a sua responsabilidade e tem de resolver essa questão definitivamente, para não termos de ouvir, a todo o instante, reclamações e mais reclamações, pois isso é ruim para a Casa, para os funcionários e para o próprio banco; não é bom para ninguém. A direção da Casa procurará o Banco do Brasil, para que, definitivamente, tome uma posição e resolva o problema, a fim de que seja encerrado o pesadelo do dia do pagamento na Assembleia Legislativa, pois o atendimento tem sido ruim e tem causado dificuldades, principalmente para os aposentados, nas dependências da Casa. Há uma agência perto da Assembleia Legislativa, mais ampla, que pode distribuir, assumir e fazer o que quiser, mas isso tem de ser resolvido, pois esse problema não pode ser empurrado para a Assembleia Legislativa, causando dificuldades para a sua administração. Esse é o primeiro assunto; o outro é o seguinte: a Mesa da Assembleia Legislativa está analisando o que tem sido levantado nos quatro cantos desta Casa. Os estagiários não são empregados e não recebem salário, mas uma bolsa. É bom deixar isso bem claro, pois consta na própria lei federal que criou a condição de estagiário. Estamos verificando a possibilidade e o impacto de conseguirmos algum aumento nessa bolsa para os estagiários, mas não podemos nem vinculá-lo a qualquer aumento de salário da Casa. Isso também tem de ficar bem claro. A Mesa tem trabalhado sob a Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho. Todos nós, que a compomos, como o Deputado Weliton Prado, temos a consciência de procurar oferecer o melhor e o máximo possível a todos os funcionários e também aos estagiários, aos terceirizados, à Assprom e a todos os que apóiam a Assembleia de alguma maneira, mas de forma legal, respeitando-se o que é permitido. Estamos avaliando a possibilidade de algum aumento para os estagiários, mas sem jamais pretender vinculá-lo à questão funcional da Casa, pois não podemos fazer isso, já que criaremos uma situação que não é a melhor para a Assembleia. Pedi a palavra, pela ordem, para prestar esses esclarecimentos. Como iniciei, gostaria de encerrar parabenizando todos os novos Conselheiros e pedindo a cada um que cumpra o seu papel em prol de uma melhor educação para Minas Gerais. Essas eram as minhas considerações, Sr. Presidente.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputados e Deputadas desta Casa, nesta manhã, quero dizer a todos os que nos assistem pela TV Assembleia que, como Deputada Estadual, uma das representantes da mulher mineira nesta Casa, temos o orgulho de, pela primeira vez, uma mulher ser Ministra da Casa Civil do governo federal. É uma pessoa que tem uma história de vida, que lutou pela democracia e que foi perseguida por isso; uma mulher reconhecida, até mesmo pela Oposição, pela capacidade, pela inteligência e pela competência administrativa. Orgulha-nos muito a sua visita a Minas Gerais. Ontem ela esteve em Ouro Preto e em São João del-Rei e hoje estará em Belo Horizonte. À noite, falará para a juventude. Foi Secretária do governo do Rio Grande do Sul no início do governo Lula.

Sabemos que o Brasil é um dos países cujo índice de participação da mulher no Parlamento e no poder público é menor que em outros países bem pequenos da América do Sul e da América Latina. Não podemos desmerecer o papel da mulher somente por uma questão de disputa política. Sabemos que o PT historicamente foi um dos partidos que mais lutaram a favor da democracia com as Diretas Já e conseguiu, com o governo Lula, paralisar as privatizações que ocorriam no governo passado. Imaginem se o Brasil tivesse privatizado a Petrobras com o pré-sal, Deputado Weliton Prado, como fez com a Vale do Rio Doce. Percebemos o que ocorreu com a telefonia e quantos problemas existem nas operadoras. Não podemos retirar o foco desse assunto. A Ministra Dilma é mineira, embora toda a sua história política posterior tenha se dado no Rio Grande do Sul. É mineira de nascimento; ninguém pode tirar esse mérito dela. Temos que nos orgulhar disso, e não dizer que estão saindo mineiros do governo federal. Lá o Ministro Patrus Ananias, funcionário desta Casa e ex-Prefeito de Belo Horizonte, se descompatibilizou do governo. Disse-nos, recentemente, numa reunião, que se orgulha muito de ser funcionário de carreira da Assembleia de Minas, que, de fato, é referência nacional. O Ministro Hélio Costa, das Comunicações, também mineiro, desincompatibilizou-se agora. Portanto não podemos, em razão de disputas políticas, legítimas e democráticas, desmerecer a mulher mineira nem a mulher brasileira. De forma alguma, a mulher não está contra os homens; está ao lado do homem. Precisamos, homens e mulheres, estar lado a lado para construir essa sociedade. Temos grandes desafios, e a segurança pública é um deles. É preciso construir uma cultura da paz. O nosso desafio é grande, pois vivemos numa difícil situação em consequência do tráfico, das drogas e dos crimes em nível mundial. Há também a questão penitenciária. O sistema penitenciário está falido. Existem iniciativas importantes, como o Pronaf, do governo federal, mas são passos pequenos diante desse grande problema. É necessário unirmos forças a partir daquilo que nos aproxima, ou seja, a defesa das nossas lideranças, do potencial do nosso país, para travarmos uma disputa em alto nível. Faça, neste momento, esse registro nesta Casa.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado. Sr. Presidente, quero fazer um ligeiro comentário sobre a eleição dos novos membros do Conselho Estadual da Educação. Ouvi um pronunciamento e até um pedido de voto contrário à indicação do Professor Faiçal, da Universidade de Itaúna. Conheço o Reitor, o Promotor de Justiça de Almenara, há mais de 30 anos. Acompanhei a sua carreira ilibada como membro do Ministério Público. É um homem equilibrado, que sempre assumiu uma postura muito sólida a respeito dos assuntos, sem ser xiita, sem ser exacerbado, sem perseguir Prefeitos, como uma pequena parcela ainda continua fazendo, o que enodoa o Ministério Público. O Conselho Estadual de Educação ganha muito com a presença do Faiçal. A Universidade de Itaúna é vitoriosa, é um dos maiores câmpus do Estado de Minas Gerais; tem as suas raízes fincadas em Almenara, tanto que lá há um câmpus avançado dirigido pelo seu irmão, muito bem comandado pelo ex-Prefeito de Almenara, o nosso companheiro Chae Chequer. Muitas vezes, através da imprensa, uma notícia enodoa a vida de uma pessoa, por isso precisamos conhecê-la. O que aconteceu em Itaúna foi uma pressão da imprensa, um "denuncismo" em relação ao Reitor que transformou a Itaúna em uma universidade. Não existe Itaúna sem universidade. A universidade hoje é 70% de Itaúna, não só pelo número de alunos e pela economia, mas também pela importância de Itaúna em razão da universidade. E o responsável por isso foi o Prof. Faiçal, emérito Promotor de Justiça, cidadão de grande importância, que conhecemos há 30 anos. Peço licença a V. Exa. para registrar o nosso conhecimento da importância da Universidade de Itaúna não apenas nessa localidade, mas também nos seus câmpus avançados, especialmente o de Almenara, que é comandado pelo nosso companheiro, ex-Prefeito e advogado brilhante, Chae Chequer. Queremos dar o nosso testemunho a respeito da vida do Prof. Faiçal e sobre o quanto merece estar no Conselho Estadual de Educação. Acho que o Conselho é que ganha com a sua presença. O Prof. Faiçal não precisa de cargo público ou de estar aqui ou ali: o que já fez, o que já construiu marca a vida dele em toda a história de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, seguindo a fala do Deputado Getúlio Neiva, inicialmente faço referência à felicidade de todos em ver aprovados os nomes dos Conselheiros do Conselho Estadual de Educação nesta manhã. De modo especial, refiro-me ao meu prezado irmão e amigo Prof. Faiçal David Freire, cuja história de vida dedicada à educação e ao povo de Itaúna dispensa maiores comentários. A nossa Universidade de Itaúna é um exemplo, uma referência. Tenho a alegria de ter uma filha, a minha caçula, cursando

Odontologia nessa universidade. Sei da seriedade, da competência, do exemplo que ali é dado em termos de boa educação, e isso se deve muito ao dinamismo do Prof. Faíçal e de toda a sua equipe. Tê-lo no Conselho de Educação é um ganho para toda a Minas Gerais, como ter os demais membros. Destaco, com alegria, a Sra. Rosane Marques Crespo Costa na Câmara de Ensino Médio, de extrema importância, obrigação prioritária do Estado para formar os nossos jovens. Hoje, também com o Programa de Educação Profissionalizante - PEP -, vemos tantos jovens se profissionalizando, o que é essencial para a maioria, que precisa de renda para bancar o próprio curso superior, para ocupar um espaço no mercado de trabalho. Vivemos um momento de alegria, mas, ao mesmo tempo, quero falar de uma preocupação e quero registrá-la aqui com o propósito de que toda esta Casa esteja unida para buscar, junto à Advocacia-Geral do Estado - e se for o caso, aos órgãos da Justiça, especialmente eleitoral -, uma melhor interpretação da portaria do Tribunal Superior Eleitoral, que está impedindo que se firmem convênios entre o Estado e entidades filantrópicas, instituições. Sabemos que o terceiro setor é essencial para a vida da comunidade, para o bom funcionamento das estruturas públicas. Hoje não dá para imaginar, por exemplo, saúde pública sem a parceria com o terceiro setor. São justamente as Santas Casas, os hospitais filantrópicos que dão suporte à rede do SUS. Não dá para imaginar a área social sem creches, sem asilos que cuidem de questões sociais, obrigação do Estado, que o faz em parceria com o terceiro setor; não dá para imaginar, por exemplo, a recuperação de drogados, aqueles que sofrem pelo vício das drogas. Hoje a lei, ao descriminalizar o uso, estabelece a obrigação do Estado de recuperá-los, em lhes dar possibilidade de tratamento. Os poderes públicos federal, estadual e municipal não têm praticamente nenhuma casa, nenhum estabelecimento; são todos do terceiro setor. Imaginem você não poder fazer convênio entre o poder público e o terceiro setor ano sim ano não, porque a interpretação que está sendo dada é de ser este um ano eleitoral e, a partir do dia 1º de janeiro, não se pode mais fazer convênios. É um equívoco terrível isso. Estou me referindo a isso porque estive em Lavras. Já estão garantidos recursos para o Hospital Vaz Monteiro, mas também precisamos ajudar a Santa Casa de lá. Garantimos recursos para a Santa Casa de Nepomuceno. Temos demanda para implantar UTI no Hospital de Piumhi, e graças a uma emenda parlamentar nossa do ano passado, houve a reforma e os equipamentos já estão sendo comprados pela Secretaria. Piumhi está às margens da 050 e é uma cidade grande e próspera, que acaba dando suporte às cidades vizinhas, como Capitólio, Pimenta, Doresópolis, Vargem Bonita e São Roque de Minas, que não possuem UTI. Aliás, só terão UTI se fizerem convênio, mas não se pode fazer convênio. E as pessoas morrerão porque foi criada uma burocracia? É preciso fiscalizar para não haver uso da máquina administrativa, para ninguém fazer proselitismo eleitoral. É preciso haver grande fiscalização nisso. Agora, parar o poder público sob o pretexto de que o ano é eleitoral, é como se a democracia fizesse mal para o País. Precisamos fortalecer a democracia no País, e não travá-la, querendo fazer com que os bons paguem pelos maus. Porque um ou outro faz uso inapropriado, não podemos dizer que é proibido fazer convênio. As creches precisam de apoio; as Apaes precisam de apoio; os asilos, os hospitais filantrópicos, as entidades que prestam serviço à comunidade também. O que se tem de fazer é fiscalizar aqueles que usam equivocadamente o dinheiro público. Proibir o uso de dinheiro público em benefício do cidadão, como se isso fosse tornar uma eleição mais limpa, é a maior estupidez. Não podemos nos calar. Estou vendo o tempo passar. Portanto, temos de estar todos unidos, base do governo e Oposição, pois nesse caso não há bandeira partidária. Precisamos de mecanismos para fiscalizar o uso do dinheiro público. Isso é indiscutível. Mas não podemos deixar de fazer parcerias para atender bem à área da saúde, da educação e social.

O Sr. Presidente - Quero agradecer e, se o Deputado Domingos Sávio me permite, concordar com V. Exa., que está coberto de razão. Ontem estive em Brasília e tive a preocupação de verificar se alguns Ministérios estão celebrando convênios. Recebi informações positivas. Conversei agora de manhã com o Deputado André Quintão, que também entrou em contato com determinado Ministério, que está fazendo convênios. Conversamos com o Líder do governo, Deputado Mauri Torres, para solucionarmos esse problema em Minas Gerais. A contribuição de V. Exa. será fundamental para garantirmos recursos para as entidades sérias. Caso contrário, como V. Exa. disse, elas poderão até paralisar os seus trabalhos.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço a importante contribuição de V. Exa.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2010

#### Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Agostinho Patrus Filho; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009; requerimento do Deputado Padre João; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.612/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.586/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declara aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 e os Projetos de Lei nºs 2.215/2008 e 4.207/2010, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite, e as Indicações, Feitas pelo Governador do Estado, dos Nomes das Sras. Suely Duque Rodarte, Irene de Melo Pinheiro, Avani Avelar Xavier e Arminda Rosa Rodrigues, do Sr. Antônio dos Reis e Silva, das Sras. Magda Lopes Campbel, Keyla Mayumi F.M. de Melo, Maria Aparecida Sanchez Coelho e Rosane Marques Crespo, do Sr. Tomás de Andrade Nogueira, da Sra. Ângela Imaculada L. de Freitas e do Sr. Façal David Freire para Membros do Conselho Estadual de Educação, apreciadas na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Agostinho Patrus Filho solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.417/2009 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão e os Projetos de Lei nºs 3.857 e 3.858/2009 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.855/2009. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.417/2009 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.612/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino nos casos de violência contra a criança e o adolescente, no âmbito do Estado. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.612/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.586/2009 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.490/2008, 3.138, 3.449, 3.518, 3.547 e 3.654/2009, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 6/4/2010

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a

apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 1º/4/2010: ofícios dos Srs. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, e Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.784 e 5.786/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.178/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2010.

João Leite, Presidente - Antônio Júlio.

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 7/4/2010

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Vanderlei Miranda, Braulio Braz e Lafayette de Andrada (os dois últimos substituindo os Deputados Delvito Alves e Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul, convidando para reunião da Comissão Local de Assistência Social - Clas -; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 1º/4/2010: ofícios dos Srs. Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo; Odair Cunha, 3º-Secretário da Câmara dos Deputados; Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil; Frederico Guinsburg Saldanha, Superintendente Regional em exercício da Polícia Federal; e da Sra. Maria José de Figueiredo Siqueira, Promotora de Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.203/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Registra-se o voto contrário do Deputado Vanderlei Miranda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 7/4/2010

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo Valério e Doutor Ronaldo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater questões relativas ao mal de Parkinson e as providências que podem ser tomadas pelo Estado para melhorar a qualidade de vida dos portadores dessa doença. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eliana Bandeira, Coordenadora do Mais Vida da SES, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Guaraciaba Martins, Presidente da Câmara Municipal de Timóteo; Luciana Ulhôa Guedes, fisioterapeuta e fonoaudióloga; e os Srs. Gervásio Pierre Araújo Fraga, Presidente do Instituto Parkinsoniano de Minas Gerais; e Lucas Henrique Maia Magalhães, médico neurologista, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Délio Malheiros.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/4/2010

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.994/2008, do Deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhando o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30/12/1994, e a Lei nº 12.398, de 12/12/1996. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.501/2009, do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 13/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.332/2010, do Deputado Carlin Moura.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 58/2010, do Procurador-Geral de Justiça; Projetos de Lei nºs 3.180/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.871/2009, do Deputado Duarte Bechir; 3.919/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.987/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.061/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.135 e 4.143/2010, do Governador do Estado; 4.151/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.238/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.255/2010, do Governador do Estado; 4.316/2010, do Deputado José Henrique; 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa; 4.362 e 4.363/2010, do Deputado Leonardo Moreira; e 4.368/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.683/2009, do Deputado Deiró Marra; 3.757/2009, do Deputado Padre João; 3.923/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.367/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.371/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.375, 4.376 e 4.377/2010, do Deputado João Leite; 4.382/2010, do Deputado Weliton Prado; 4.393/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.394/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.398/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.401/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.402/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.403/2010, do Deputado Wander Borges; 4.405/2010, do Deputado Weliton Prado; 4.406/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.409/2010, do Deputado Domingos Sávio; e 4.410 e 4.411/2010, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 13/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as consequências do aumento do número de clientes dos planos de saúde, em especial no que diz respeito à disponibilidade de leitos hospitalares e à capacidade de atendimento dos médicos credenciados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 13/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.087/2009, do Deputado Eros Biondini.

Requerimentos nºs 5.347 e 5.350/2010, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 5.673/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.680/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 5.800/2010, da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - Cipe São Francisco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª

Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 13/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Resolução nºs 3.928 e 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.792/2010, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Especial da Minascaixa, a realizar-se às 16h30min do dia 13/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 13/4/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.994/2008, do Deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências; 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica; 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica; 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004; 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30/12/1994, e a Lei nº 12.398, de 12/12/1996; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.501/2009, do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; e 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir os prejuízos causados aos moradores do Bairro Anchieta pela ampliação de um centro de compras na região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2010, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei Complementar nº 35/2008, que autoriza o Poder Executivo a quitar dívida com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2010.

Zé Maia, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2010, às 10 horas, no Município de Passa-Quatro, com a finalidade de debater, em audiência pública, as ações vinculadas à criação do Parque Nacional Alto da Mantiqueira, através da proposta do Instituto Chico Mendes, envolvendo os Municípios mineiros localizados na Serra da Mantiqueira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2010.

Fábio Avelar, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 6/4/2010

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha no Plenário da Assembleia Legislativa, telespectadores da TV Assembleia, nas últimas semanas a imprensa tem divulgado, com frequência, a ocorrência de estupro aparentemente relacionados ao uso das já conhecidas pulseirinhas do sexo. Para quem não sabe, o uso dessas argolas foi importado no ano passado da Inglaterra, onde representam uma senha para a intimidade sexual. A preta, por exemplo, sinaliza a abertura para o ato sexual. Cada cor determina um nível de intimidade. Gostaria de relacioná-las: amarela, abraço; rosa, mostrar o peito; laranja, dentadinha de amor; roxa, beijo com a língua, talvez sexo; vermelha, "lap dance"; verde, sexo oral a ser praticado pelo rapaz; branca, a menina escolhe o que quiser; azul, sexo oral a ser praticado pela menina; preta, sexo com a menina na posição do missionário. Essa é a senha.

O mais recente fato envolvendo as tais pulseirinhas do sexo foi registrado em Londrina, onde uma pré-adolescente de 13 anos foi violentada sexualmente por quatro rapazes, quando saía da escola. A vítima que teve a argola preta rompida contou à polícia que foi forçada a pagar a prenda aos jovens porque teve medo de recusar. Em Manaus, no Amazonas, a polícia relaciona ao uso das pulseiras o assassinato de duas adolescentes, crimes acontecidos nesse final de semana.

Recentemente um jornal local fez uma abordagem sobre o uso das pulseiras nas escolas públicas de Belo Horizonte, constatando que também na Capital mineira o adereço é uma verdadeira febre que preocupa profissionais do ensino público. Escolas tradicionais, como o Instituto de Educação e outros educandários da Capital, convivem com a invasão das pulseiras adornando os braços das jovens. Das alunas entrevistadas, algumas disseram que não sabiam do simbolismo das pulseiras que usavam, mas outras admitiram que conhecem o jogo. Uma menina chegou a revelar que gostaria que um colega arrebitasse sua argola preta, que é um convite para o ato sexual. O preocupante é que muitos pais não sabem o significado das argolas, e mesmo algumas jovens que aderiram à moda desconhecem seu simbolismo sexual.

Estou certo de que encontraremos quem considere injustificável essa nossa preocupação. No entanto, os fatos já registrados pela imprensa nos conduzem à conclusão de que se trata de um jogo perigoso e, assim sendo, é melhor prevenir que remediar. Felizmente, até o momento não temos registros em Minas Gerais de violência sexual relacionada ao uso das pulseiras, mas não devemos e não queremos pagar para ver.

Redes sociais relacionadas, como "Orkut" e "Facebook", têm comunidades dedicadas aos fãs das pulseiras. Uma delas reúne milhões de adeptos, cuja maioria é composta de crianças e adolescentes. Por isso, como pai e homem público que procura pautar suas ações em defesa da vida e da família, venho anunciar à família mineira que entrei com um projeto de lei nesta Casa proibindo o uso das pulseiras do sexo nas escolas públicas, bem como a comercialização do citado adereço no Estado.

Há uma realidade configurada de que essa brincadeira que expõe e estimula a sexualidade de crianças e adolescentes abre espaço para o conflito e as reações de ciúmes e agressões. Pior que isso, senhoras e senhores, Deputados e Deputadas, esse jogo é uma senha também para os pedófilos, infame grupo que vive à espreita de um descuido qualquer das famílias para atacar crianças e pré-adolescentes. Em alguns Municípios de Santa Catarina, o sinal de alerta já foi dado pelo poder público. Em Itajaí, por exemplo, a Câmara Municipal aprecia um projeto de lei que proíbe o uso das pulseiras nas escolas. No Município de Navegantes, já vigora lei com igual proibição.

Sei que, muitas vezes, a ingerência do poder público em situações dessa natureza pode ser entendida como reacionária, principalmente pelos jovens. No entanto, entendo que é nosso dever, como legisladores, agir em defesa de nossa juventude e dos valores da família. As pulseiras do sexo são um modismo preocupante, principalmente em um País que apresenta um número tão significativo de estupro e várias outras agressões sexuais.

Sei que a iniciativa do meu projeto, proibindo tais pulseiras na rede pública estadual de ensino, irá surpreender e até mesmo provocar reações de descontentamento nos jovens que usam o adereço. Mas, ainda que correndo o risco de ser mal-entendido, minha consciência de homem público e meu coração de pai me alertam para a necessidade dessa iniciativa, ainda que ao custo da crítica de alguns setores. Devemos ter a dignidade de correr riscos de popularidade quando está em jogo a defesa do bem comum. E não há bem mais importante que a família, a meu ver. Mas entendo que não basta proibir. Os pais também devem manter-se atentos à postura de seus filhos em relação a essa questão e orientá-los sobre os riscos a que o uso dessas argolas os expõe. Considero sempre oportuno alertar nossas crianças sobre os riscos de uma exposição física, da liberdade sexual sem responsabilidade, conduta que tantos prejuízos traz à família e a elas próprias. Devemos estar atentos às armadilhas que tentam cooptar a juventude em várias formas de embalagens, nas páginas da internet ou nas esquinas. Por isso, peço aos meus nobres pares que me ajudem a aprovar esse projeto. Vamos evitar males maiores, para não termos que remediar tragédias futuras.



Quero aproveitar este momento também para lembrar que, embora tropeçando na rejeição de grupos contrários à moralização política neste país, o Presidente da Câmara dos Deputados tenta colocar em votação amanhã o projeto de iniciativa popular conhecido como Ficha Limpa. Há vários parlamentares lutando para que essa lei vigore para as próximas eleições. Por outro lado, existe também o temor de que a proposta não passe ou que seja tão emendada que o projeto fique desvirtuado. Não podemos esmorecer, senhoras e senhores, diante desta oportunidade histórica de resgatar a moralidade neste país e impedir que pessoas de presente e passado duvidosos tenham assento no poder. Precisamos continuar lutando pela aprovação desse projeto, que reflete a maciça vontade popular. Que ele seja acolhido como um presente para este país.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado. Parabênz V. Exa. por seu pronunciamento, que, num primeiro momento, traz uma reflexão anunciando a proposição de projeto que, com certeza, merecerá eco e caráter de urgência em sua tramitação neste Parlamento, dado, acima de tudo, o seu objetivo. Todas as vezes que falamos de filhos, escolas e crianças, falamos de família. É nosso dever, sim, é dever deste Parlamento preservar a pedra angular da sociedade, a "cellula mater" da sociedade, os nossos filhos e alunos, não somente dentro da unidade familiar como dentro das escolas e na sociedade. Sua iniciativa é interessante, e devemos discutir em abrangência maior com as escolas, fazer essa reflexão, demonstrar a preocupação do parlamentar com a criação do jovem. Graças à iniciativa, também, do Conselho da Juventude de Belo Horizonte, que tem reestruturado e encaminhado os jovens e adolescentes, levando-os a fugir de drogas e outros caminhos que não devem ser seguidos.

Portanto louvo a iniciativa de V. Exa. e parabênz-o também por apresentar esse projeto da ficha limpa, que certamente será aprovado pelos parlamentares. Acho que é uma obrigação do parlamentar ter sua ficha, sua trajetória, idônea e ilibada, sem qualquer questionamento judicial. É de lamentar que seja necessária a criação de um mecanismo para que se adote efetivamente a ficha limpa, que deve ser condição "sine qua non" para a candidatura. Para apresentar o seu nome e merecer o apoio dos eleitores às urnas, o candidato deve mostrar a sua história de vida e de sua família. Então quero louvar também essa iniciativa de V. Exa. Como primeiro Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar nesta Casa, estou imbuído do mesmo sentimento e me uno a V. Exa. nessa preocupação, para que seja aprovado esse projeto e cumpridas, com todo rigor, as determinações da ficha limpa dos candidatos que irão disputar o pleito em outubro próximo. Parabéns a V. Exa. por esses dois momentos de lucidez.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e honrado Deputado, que comunga da nossa preocupação em defesa da vida e da família. Deputado, mesmo correndo o risco de ser mal-entendido - lembrando que, em um momento pré-eleitoral, algumas pessoas têm medo de levantar essa discussão -, apresentamos esse projeto para apreciação dos nobres pares. Como eu disse, é preferível atacar agora e pecar pelo excesso a omitir. Nesse caso, já há registro de estupros e de mortes, e a maioria das crianças e jovens entrevistados por um jornal da Capital não sabe ou não tem conhecimento do significado do uso dessas pulseiras de silicone. Vou repetir o significado: a amarela, um simples abraço; a rosa, mostrar o peito; a laranja, dentadinha de amor; a roxa, beijo com língua, talvez sexo; a vermelha, dança erótica a curta distância; a verde, sexo oral a ser praticado pelo rapaz; a branca, a menina escolhe o que quiser; a azul, a menina faz sexo oral; a preta, sexo com a menina na posição papai... A dourada, sexo oral simultâneo; a listrada, sexo na posição... Vou abster-me de falar a posição. A grená, sexo anal; a transparente, sexo com parentes consanguíneos; e a marrom, sexo escatológico. Ora, a maioria dessas crianças e jovens não sabe o significado. Assim, mesmo correndo o risco de ser impopular, apresentamos esse projeto.

Para concluir, Presidente, acho interessante discutirmos nas comissões desta Casa, com a participação de escolas e conselhos, essa febre que não se vê só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, imprensa, pessoas que nos acompanham das galerias, funcionários da Casa e telespectadores da nossa querida TV Assembleia. Na tarde de hoje venho manifestar um agradecimento ao atual Governador Antonio Anastasia, Vice-Governador à época, por ter atendido solicitação deste Deputado, pelo cumprimento do acordo da equiparação das tabelas do vencimento básico dos profissionais de educação básica: Assistente Técnico Educacional - ATE -; Assistente de Educação - ASE -; e Assistente Técnico da Educação Básica - ATB -, visto que o citado acordo foi realizado em novembro de 2008, reconhecido em projeto de lei encaminhado a esta Casa, aprovado e já sancionado, resultado de persistente trabalho com os citados servidores, incluindo a Comissão de Educação desta Assembleia. Solicitei audiências, visitas, entre outras ações, o que contribuiu para o reconhecimento da equiparação por ele solicitada.

Relembrando os fatos: dia 17/5/2006 foi realizada audiência pública da Comissão de Educação, que eu presidia à época, no Plenário desta Assembleia, local escolhido em virtude de recorde de presença, atendendo meu pedido para tratar da equiparação salarial dos técnicos e analistas da educação básica - cerca de 3 mil servidores - com os cargos correspondentes, obedecendo aos parâmetros de valores das tabelas de carreira da Seplag. Logo em seguida, entreguei a Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, as notas taquigráficas da referida reunião.

Nos dois anos subsequentes, enviei diversos ofícios, realizei reuniões na Seplag e na Secretaria de Educação, audiências na Secretaria de Governo e na Vice-Governadoria, até que, em 2008, foi concretizado o acordo reconhecendo a necessidade da equiparação dos ATBs, dos ATEs e dos ASEs com os cargos correspondentes da Seplag. Em virtude da crise econômica em 2008 e 2009, infelizmente, apesar de aprovado, o acordo não foi cumprido.

Desde a referida data, venho cobrando insistentemente o cumprimento do acordo e recebendo insistentes apelos por meio de e-mails e correspondências de todos os funcionários distribuídos Estado afora. Tenho feito isso por meio de ofícios, audiências, pronunciamentos em Plenário, manifestações na imprensa; aliás, no dia 26/2/2010, em viagem com o à época Vice-Governador Antonio Anastasia, entreguei-lhe ofício em que defendi a urgente necessidade do cumprimento do acordo. Finalmente minha solicitação foi atendida, encaminhada a esta Casa por meio do Projeto de Lei nº 4.387, de 24/3/2010, já aprovado e transformado na Lei nº 18.802, de 1º/4/2010.

No mesmo projeto de lei, a educação básica também foi beneficiada com um aumento de 10% para especialistas, auxiliares de serviço, professores, Diretores e Diretoras, Secretários e Secretárias de escolas, entre outros profissionais.

Entretanto, tenho uma ressalva muito importante: continuarei a reivindicar a observância do piso salarial do professor. Não posso concordar que professores com 20 anos ou mais de serviços prestados ao Estado, que já comprovaram a sua competência e dedicação ao serviço público, que conquistaram quinquênios e vantagens pessoais, tenham esses direitos considerados na composição do piso salarial. Devemos lutar contra isso.

Com todo o respeito que tenho por aqueles que estão começando, é completamente injusto um profissional que esteja trabalhando há décadas receber o mesmo valor de quem está, por exemplo, há um ano prestando serviços.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado. Parabênz V. Exa. pelo pronunciamento, demonstrando toda a sua trajetória como membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, como também o fui, com V. Exa. e tantos outros. Tivemos uma caminhada em que houve muita dedicação aos servidores. Nunca nos faltou a participação e a seriedade do Vice-Governador, hoje Governador Anastasia, em tratar a educação como a menina dos seus olhos, garantindo, de forma efetiva, os direitos a todos os que estavam, ao longo do tempo, sem merecer qualquer atenção por parte do governo.

Avançamos muito. Realizamos audiências públicas, como V. Exa. afirma, todos os Deputados representando a educação, e eu, particularmente,

representando o Sul de Minas. Tivemos esse avanço significativo. Mas também estamos fazendo uma proposição - já há requerimento aprovado a esse respeito - para que o governo também tenha sensibilidade com os que estão com piso salarial defasado. Sabemos que o Estado fez o que pôde, mas estamos confiando, acima de tudo, no atendimento, tão logo seja possível, de todos os servidores que almejam uma diferença em favor dos seus salários.

Também gostaria de manifestar a nossa tranquilidade quanto à Lei Complementar nº 100, relativa aos designados. Trabalhamos muito nesse projeto, e houve a efetivação em decorrência da lei complementar, que aprovamos por unanimidade e o próprio Governador sancionou. Hoje há dificuldades jurídicas e correções para discutir. De qualquer maneira, tivemos um avanço muito significativo.

Deputado Doutor Viana, na semana passada, tratamos da aposentadoria especial disposta na Lei Federal nº 12.014 em reunião da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Estamos abrindo um espaço para tratarmos da aposentadoria especial a todos os Inspectores e Diretores, que estão aguardando uma nova regulamentação da matéria por parte do Estado.

Parabenizo V. Exa. e vejo que tivemos um grande avanço, mas certamente comungo com a parte final do pronunciamento de V. Exa. quanto à expectativa de olhar em favor dos nossos servidores. Parabéns.

O Deputado Doutor Viana - É importante ainda dizer que solicitei, em outros ofícios por mim encaminhados aos órgãos responsáveis e competentes, que os aposentados também fossem beneficiados com qualquer proposta de aumento apresentada nesta Casa, respeitando-se a paridade constitucional, o que felizmente aconteceu.

Ocupei esta tribuna diversas vezes para defender o setor educacional de Minas, principalmente focalizando essa tão sonhada equiparação. Novamente venho a esta tribuna, só que, felizmente, desta vez para reconhecer e agradecer o esforço e empenho do Governador Anastasia, cérebro desta administração, por atender tão justa causa, e afirmar aos funcionários que não estamos ainda totalmente felizes, pois temos muito a avançar e caminhar. Continuaremos cobrando melhores vencimentos para o nosso funcionalismo estadual. Os Governadores Aécio e Anastasia fizeram - fizemos juntos - as tabelas, os planos de carreira, e começamos agora a correção das injustas defasagens salariais de tantos anos passados.

Entre os importantes pedidos que encaminhei ao governo de Minas nos últimos anos, outro foi finalmente atendido: o reconhecimento da correção salarial na vantagem pessoal dos servidores do Estado oriundos da extinta MinasCaixa - quem não se lembra da nossa querida MinasCaixa. Por isso, em fevereiro recente, lembrei ao então Vice-Governador, e hoje Governador, o Despacho Normativo nº 001/2003, no qual ele, à época Secretário de Planejamento e Gestão, entendeu que a vantagem pessoal é parte integrante do vencimento básico daqueles servidores, os quais estão sendo bastante prejudicados pela inexistência de qualquer correção. Não podemos deixar isso acontecer, pois, se isso continuar, grande parte do vencimento básico deles irá desaparecer. Mesmo assim, perguntei aos Consultores da Liderança da Maioria se não haveria a necessidade de se alterar o parágrafo único do art. 13 do projeto de lei que estava em tramitação, a fim de explicitar realmente no texto a previsão do reajuste da vantagem pessoal. A resposta dos Consultores foi que, sem sombra de dúvida, o aumento irá corrigir a vantagem pessoal de todos os servidores da ex-MinasCaixa pertencentes ao quadro do Executivo Estadual, já que eles também estariam enquadrados no § 4º do art. 1º da Lei nº 14.683, citada no texto da Lei nº 18.802, de 1º/4/2010. Reafirmo-lhes, nobres colegas, que muito foi conquistado pelos servidores da ex-MinasCaixa e da área educacional, mas continuaremos trabalhando e lutando por mais melhorias.

Antes de encerrar, gostaria de tocar em um tema de extrema relevância. Peço aos Deputados e a todos que nos veem pela TV Assembleia e nas galerias que, de hoje para amanhã - se houver necessidade, também depois de amanhã -, enviem "e-mails" aos 53 Deputados Federais de Minas solicitando-lhes que votem favoravelmente ao projeto da "ficha limpa". Não é possível continuarmos assistindo - e achando que isto é bom - a situações como estas de que fiquei sabendo: o nosso prezado Delúbio Soares foi convidado para paranimfar uma turma de universitários; o José Dirceu voltou à cúpula, à diretoria nacional do PT; e o Roberto Jefferson, Presidente do PTB, cassado pelo Congresso Nacional, que não o aceitou como Deputado, continua como Presidente de seu Partido. Essas coisas deixam-nos entristecidos. Precisamos tomar decisões que modifiquem essas situações para não nos decepcionarmos.

Fiquei sabendo também que muitos Deputados Federais não estão andando mais com os bótons em seus paletós com medo de serem interpelados, questionados por seus eleitores. Isso não pode acontecer. Então, amanhã é a oportunidade de a Câmara dos Deputados - e tenho certeza de que o Senado também irá corroborar isto - mudar a trajetória de quem estiver respondendo a qualquer processo, quem tiver culpa no cartório, quem tiver problemas com a Justiça, para que não possa mais se candidatar a cargo eletivo. Também não podemos aceitar que alguém seja condenado previamente, pois pode haver uma denúncia vazia, infundada, mas, às vezes, alguns procuram um mandato eletivo público para gozar de privilégios concedidos por esse mandato. O projeto é fundamental para moralizar a questão pública, eleitoral e dar representatividade ao Congresso Nacional. E que isso seja depois estendido para quem ocupar cargo público como Secretário ou Ministro. Acontece de um candidato perder as eleições, e lhe ser dado, como consolo, um cargo de Secretário ou de Diretor de entidade, sendo que às vezes ele não possui a ficha limpa, não tem bom comportamento, não merece aquilo. Então, é preciso que isso seja para todos, porque, para candidatar-se a qualquer cargo público, a pessoa deve ter bons antecedentes e não estar condenada na Justiça. Assim, deixo essas reflexões para a tarde de hoje.

O Deputado Carlos Mosconi - Caro Presidente, Deputado Doutor Viana, senhoras e senhores, parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, quero fazer um relato sobre o último feriado, o da Semana Santa, enfocando tragédias que ocorreram em todo o Brasil, lamentavelmente, com maior frequência em Minas Gerais. Infelizmente, têm sido rotina nos últimos anos os acidentes nas rodovias do nosso país, tanto nas federais quanto nas estaduais. Nesta última semana, 130 pessoas morreram em acidentes no País; só em Minas Gerais, foram 59 pessoas.

Sr. Presidente, não é a primeira vez que trato desse assunto. Já realizamos duas audiências públicas na Comissão de Saúde, uma no ano passado e outra no ano retrasado. Trouxemos autoridades das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, do DNIT, do DER e dos órgãos de saúde do Estado. Aliás, o Deputado Marcus Pestana, então Secretário de Saúde, esteve conosco em uma dessas reuniões. Sinto uma certa incapacidade do poder público para abordar essa questão de forma mais competente ou de maneira mais consequente.

Não é possível, Sr. Presidente, convivermos com tragédias como essas. Nos feriados, milhares de acidentes ocorrem no País. Milhares de acidentes ocorrem em Minas Gerais. E os feriados são comuns. A cada dois ou três meses, temos um feriado prolongado como esse. Daqui a pouco vem o feriado de 21 de abril, que será no meio da semana, mas se estenderá pelo final de semana, o que o tornará um grande feriado. E, após o feriado, terei de dizer a mesma coisa, porque me parece que as atitudes tomadas pelo poder público não são nem de longe suficientes para atenuar minimamente o problema.

Veja, Sr. Presidente, as causas dos acidentes, levantadas pelas Polícias Rodoviárias Federal e Estadual. No Estado, houve 59 mortes, 320 acidentes e 329 feridos nas nossas rodovias, sendo que 44 mil veículos foram fiscalizados; foram feitos testes de embriaguez, e 37 motoristas foram presos; 120 veículos e 175 habilitações foram apreendidos. A polícia considerou como as principais causas desses acidentes a chuva, o excesso de veículos e a imprudência.

Precisamos analisar também a sinalização inadequada ou ausente e a falta de boa manutenção das estradas. Enfim, não posso entender que chuva ou excesso de veículos sejam razões para número de acidentes tão grande como esse. Naturalmente, a imprudência deve ser punida de outra maneira, de forma mais forte, penalizando-se mais os infratores que colocam em risco de morte tantas pessoas no Estado e no País.

No Brasil, houve 1.400 feridos e 2.355 ocorrências. É demais. Isso não acontece em nenhum outro país. E assistimos a isso com certa facilidade, como se nada fosse grave, importante. Na verdade, citamos aqui, de forma fria e dura, os números: 59 mortes em Minas Gerais e 130 mortes no Brasil. Pergunto: quantos acidentados estão até agora nas UTIs dos hospitais? Quantos estão passando por cirurgias graves e importantes, nos já penalizados hospitais do Brasil? Refiro-me a intervenções de custos elevadíssimos. O Brasil tem de tomar atitudes mais consequentes com relação a um problema tão grave como esse. Não adianta querermos deixar isso para lá, ou seja, tapar o sol com a peneira, como se o problema não fosse grave. O problema é gravíssimo!

Só para dar um exemplo ao prezado Presidente, aos Deputados da Casa e aos telespectadores da TV Assembleia, lembro-lhes que, conforme todos sabem, fazemos, no Estado de Minas Gerais, uma campanha intensa contra a dengue, doença que já estava extinta no País, mas voltou há alguns anos. Para combater essa epidemia, cujos índices vêm crescendo de forma exagerada, o Estado gasta uma fortuna, ou seja, são gastos milhões de reais nesse combate. Até o final de março deste ano, quatro pessoas morreram em Minas Gerais vítimas da dengue. Vejam a discrepância: enquanto quatro pessoas morreram vítimas de dengue, doença que recebe do Estado uma grande atenção, apenas no final desta semana, 59 pessoas morreram vítimas de acidentes nas estradas. A diferença é gigantesca!

Lamentarei o fato de, em breve, ter de voltar a esta tribuna para relatar fatos como esses, que ocorrerão no próximo feriado. E não haverá nem chuva para justificá-los. Quando chove, a situação é um drama. Todavia, quando não chove, o número de acidentes é tão grande quanto o do último final de semana.

Quero repetir tudo que já disse na Comissão de Saúde. Já realizamos duas audiências públicas. Na reunião de amanhã, apresentarei alguns requerimentos pedindo informações às Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, ao DNIT e ao DER. Convidaremos autoridades desses órgãos, além de outras que consideramos competentes, para virem a esta Casa e trazerem informações que possam esclarecer melhor as causas desses milhares de acidentes que vitimam pessoas do nosso Estado e do nosso país. São centenas de mortes! Buscaremos uma solução, se é que isso é possível. Às vezes fico pensando: será que isso não é possível? Em outros países, ocorrem chuvas e neve, mas não acontecem tantas mortes como no Brasil. Parece-me que há um descaso em relação a essa questão.

Há excesso de veículos. Percebo que todas as montadoras do Brasil, todos os meses, batem recordes de produção de automóveis, e o País se ufana disso. É uma maravilha! Toda essa produtividade traz um caos para nossa cidade, porque não conseguimos mais andar com nossos veículos pelas vias. Além disso, essa ampla produção propicia mais acidentes em nossas estradas. Até a polícia tem considerado essa questão. É lógico que ninguém vai querer parar a fabricação de automóveis no Brasil, mas fica a pergunta quanto ao transporte coletivo: o que se faz no País para atenuar esse problema? Uma solução seria fortalecer o transporte coletivo, com o incremento do metrô em nossas cidades. Há cerca de 20 anos, ninguém move uma palha pelo metrô de Belo Horizonte. O governo federal promove PAC para tudo. A Ministra Dilma, que é candidata a Presidente da República, não sai de Minas Gerais. Todos os dias está aqui. Hoje mesmo visitará Ouro Preto, São João del-Rei e Belo Horizonte. Todavia, para o metrô de Belo Horizonte, ninguém move uma palha sequer. Há anos, esperam-se melhorias para esse meio de transporte coletivo, a fim de se aprimorar o transporte urbano de Belo Horizonte. Parece que isso não tem importância. Não se dá a essa questão o valor que ela merece.

Então, Sr. Presidente, trago a esta Casa essas considerações, que julgo importantes. Mais que isso, eu as considero vitais. Precisamos realmente nos dedicar a esses problemas, que dizem respeito ao bem-estar, à condição de vida e à própria vida de milhares de brasileiros, que se expõem todos os dias em nossas rodovias mal sinalizadas.

As polícias, apesar da boa vontade, da competência e da disposição que têm para atuar, atuam, é claro, sem infraestrutura, sem condições adequadas de trabalho, com salários sacrificados, enfim, com toda ordem de defeito. Naturalmente, o resultado é este que, lamentavelmente, encontramos em nosso país. Não é necessário ser feriado grande, pois em todo fim de semana há problemas. Não bastasse a violência urbana que enche nossos hospitais nos finais de semana, com crimes de toda ordem, além de acidentes, nos feriados as coisas se complicam de forma absolutamente inadmissível. Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Comunico a meus pares que amanhã, na Comissão de Saúde, trataremos desse assunto. Chamaremos as pessoas que tenham responsabilidade nisso para sabermos o que realmente está acontecendo e como contribuiremos com nosso trabalho a fim de que as autoridades, tanto as do Estado como as do País, atuem para melhorar essa situação de tal gravidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, hoje lemos nos jornais e vimos, nos noticiários como um todo, a importância do Procon Assembleia. Cumprindo com nosso dever de advogado, tivemos a honra de colaborar em sua fundação, há 13 anos. O Procon Assembleia, com o Ministério Público, em 2006, conseguiu impetrar ação civil pública contestando a cobrança do chamado ponto adicional, essa imoralidade que gera lucro exorbitante para as empresas que exploram TV a cabo e lesam, evidentemente, milhões e milhões de consumidores. Qual a razão da cobrança do ponto extra da TV a cabo não fosse a ganância das empresas? Não há razão técnica nem jurídica para isso. Essa ação do Ministério Público, com o Procon, que criamos há 13 anos, culminou na sentença do Dr. Joubert Carneiro, titular da 4ª Vara Cível de Belo Horizonte, entendendo ser abusiva a cobrança do ponto extra. Evidentemente recorrerão, mas esperamos que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que tem dado exemplo para o Brasil no que diz respeito à aplicação do Código de Defesa do Consumidor, confirme a sentença, além de suspender de vez a cobrança do chamado ponto extra. Já que a Anatel não toma providência efetiva, como sua obrigação de proibir as empresas de cobrar o ponto extra, cabe ao Poder Judiciário fazê-lo. Nessa ação civil pública, repito, impetrada em parceria do Procon Assembleia com o Ministério Público, a decisão foi favorável aos consumidores. Assim, esperamos que, nos próximos meses, essa cobrança que hoje tem o absurdo nome de "aluguel de equipamento", pois a Anatel autorizou as empresas a cobrarem esse ponto extra chamando a cobrança de "aluguel de conversor", seja eliminada. Isso é absurdo, é cobrança desmedida, ilegal, arbitrária, que não faz o menor sentido, como eu disse, a não ser gerar lucro desmedido, exagerado, abusivo para as empresas de telecomunicações que exploram a chamada TV por assinatura. Porém, tenho certeza de que o Tribunal de Justiça confirmará essa sentença fundamentada em lei e lavrada pelo Dr. Joubert Carneiro, Juiz titular da 4ª Vara Cível de Belo Horizonte, um expoente da magistratura mineira.

Rendo aqui minhas homenagens ao Dr. Joubert pelos incontestáveis fundamentos que utilizou ao preferir essa sentença no Fórum de Belo Horizonte.

Vou abordar aqui, Sr. Presidente, um segundo assunto, que envolve também o exercício da cidadania. Diz respeito aos Delegados de Polícia, esses abnegados servidores públicos que colocam em risco, diuturnamente, suas próprias vidas para salvar a de terceiros, a dos cidadãos. Não têm jornada de trabalho, não têm sossego. No interior, dedicam-se quase 24 horas por dia à segurança pública local, para preservar a vida, investigar, prender os criminosos que cometem, por todos os quadrantes deste Estado, os mais hediondos crimes. A segurança pública em Minas Gerais vai bem. Felizmente, os índices de criminalidade vêm caindo de forma vertiginosa, mas os Delegados nem sempre são reconhecidos. Estamos, nesta Casa, em luta permanente pela melhoria da remuneração desses profissionais. Hoje, à noite, certamente votaremos o projeto que os integra ao chamado quadro das carreiras jurídicas. É passo largo para a melhoria salarial desses profissionais. Hoje sua remuneração é vil; amanhã temos certeza de que este cenário será diferente. Tenho certeza de que nosso Governador Antonio Augusto Anastasia se dedicará para ajudar a encontrar solução que atenda os anseios desses profissionais da chamada Polícia Judiciária. Não é razoável que esses Delegados sejam mal remunerados. A segurança pública está em suas mãos; portanto, devem receber remuneração digna, condizente com o trabalho que fazem. Assim, esse passo será dado hoje pela Assembleia de Minas, considerando os Delegados como integrantes da carreira jurídica. Estamos apresentando emenda para aprimorar ainda mais o texto, deixando claro que, após o reconhecimento de seu cargo como integrante das carreiras jurídicas, os Delegados serão enquadradas no art. 32 da Constituição Estadual, que diz claramente que os profissionais da carreira jurídica serão remunerados levando-se em consideração a peculiaridade das atribuições por eles exercidas, que são nobres e dizem respeito à proteção do cidadão e do patrimônio, à investigação policial, à colaboração com o Poder Judiciário. Sabemos que

são os Delegados de Polícia todos bacharéis em Direito. Remuneração vil para bacharel em Direito coloca em risco a verdadeira justiça, que se deve esperar. Portanto, como integrantes do quadro da carreira jurídica a partir de agora, terão a porta aberta para que haja dignidade no que diz respeito à remuneração.

Falo aqui ainda, Sr. Presidente, de outro assunto que considero extremamente importante. Realizamos, na manhã de hoje, na Assembleia Legislativa, audiência pública envolvendo a Toyota do Brasil. Milhares e milhares de consumidores adquiriram veículos dessa empresa e agora estão na total insegurança, não sabem se os problemas que ocorreram nos Estados Unidos, na Europa, na China e até no Japão são similares aos que ocorrem aqui, no Brasil. Tivemos quatro casos em que o veículo acelerou abruptamente. Em um deles, houve perda total do veículo na garagem, porque a consumidora não conseguiu domar, controlar seu automóvel Toyota, que, de repente, acelerou. A única solução foi abalroá-lo numa parede e fazê-lo parar, o que ocasionou perda total. Portanto, queremos explicação clara e objetiva e cumprimento da lei por parte da Toyota do Brasil. O que diz a lei, que é o Código de Defesa do Consumidor? Quando um produto é colocado no mercado e apresenta algum problema que possa colocar em risco o consumidor, deverá o fabricante notificar as autoridades, no caso, o Ministério da Justiça, convocar os consumidores para fazer o chamado "recall" e fazer comunicado público de forma a prevenir acidentes, a evitar que, em decorrência do problema, o consumidor tenha dano a sua integridade física. Isso não está sendo observado integralmente.

A Toyota foi alertada. Portanto, a partir de agora, contando um prazo de 45 dias, conforme acertado hoje na audiência pública, vamos aguardar que as providências sejam integralmente tomadas e a lei seja cumprida.

Sr. Presidente, tratarei aqui ainda de um assunto que diz respeito aos planos de saúde. Nos próximos dias, realizaremos um amplo debate em audiência pública, na Comissão de Defesa do Consumidor, para discutirmos os planos de saúde, pois a situação atual é insustentável. Não é razoável o fato de que um cidadão, que há 10 anos ingressou nos quadros da Unimed, não tenha a certeza de seu atendimento. Hoje os planos de saúde - e a Unimed não foge à regra - estão se transformando em um grande SUS. Isso porque o cidadão chega a um hospital, a um ambulatório médico ou ao próprio consultório e não consegue atendimento. Por exemplo, se há 10 anos havia 250 mil associados à Unimed, hoje há quase um milhão. Naquela época, o número de leitos credenciados na rede não chegava a 300; hoje, não chega a 400. Quer dizer, se tínhamos 250 leitos para 250 mil associados, a proporcionalidade era de um por mil. Hoje temos um milhão de associados e não temos nem 400 leitos - estes são números aproximados.

Portanto, não é razoável que o plano de saúde continue a vender, a anunciar e a fazer ostensiva publicidade se não credencia novos médicos e hospitais e se não cria novos leitos, deixando o consumidor numa situação extremamente delicada, já que, na hora em que ele mais precisa de atendimento, não é atendido. E quando ele não é atendido e procura um médico ou um hospital particular, o plano de saúde não reembolsa as despesas. É uma situação injusta e ilegal, com a qual não podemos conviver. Digo isso de forma clara e objetiva. Respeitamos a Unimed, até temos orgulho dela, pois é uma ótima cooperativa. Porém, ela precisa atentar mais para essa questão. Mais que isso, precisa respeitar um consumidor que ingressa em seu plano, mas, no momento em que mais precisa dele, não recebe o atendimento. Caso contrário, esses consumidores, em alguns casos, poderão até falecer sem atendimento.

Houve casos de pessoas da região Centro-Sul de Belo Horizonte que tiveram de ser deslocadas para hospitais de outras regiões distantes, porque a rede onde procuraram atendimento estava superlotada, ou seja, não há vaga nos hospitais. Os planos de saúde não criam novos leitos para manter a proporcionalidade de 10 anos atrás. Esse é o prejuízo da qualidade do contrato. Precisamos debater essa questão e encontrar uma solução para esse problema que aflige todos os consumidores.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer que é com muita alegria que, na próxima sexta-feira e no sábado, receberemos nossa Senadora Marina Silva, que tem dado exemplo a este País de civilidade, no que diz respeito ao trato na política. É uma pessoa extremamente ética e abnegada, considerando-se aquilo em que acredita. Tem uma vida simples. Veio do Estado do Acre, Norte do País, e é reconhecida mundialmente por seu trabalho na área do meio ambiente, pela defesa intransigente das minorias, pela defesa incondicional daqueles que sofrem no Norte do País quando a sua atividade envolve a silvicultura ou mesmo extrativismo na área da Amazônia Legal. A Senadora Marina Silva nos dá muito orgulho, pois é uma política que veio lá das bases e hoje consegue aglutinar tanto respeito ao seu nome e ao seu maior patrimônio constituído, o patrimônio moral. Não há, no cenário político nacional, qualquer ato que tenha sido praticado pela Senadora Marina Silva que possa manchar, de qualquer forma, seu currículo de serviços prestados ao País.

Nós, do PV, estamos ombreados no esforço de levar a Ministra Marina Silva a ocupar o cargo mais alto deste país. É ela uma política renomada, séria, competente, prudente e, acima de tudo, coerente.

Portanto, estaremos aqui, na próxima sexta-feira e no próximo sábado, ouvindo palestras da Senadora Marina Silva. Na sexta-feira ela estará na posse de Ronaldo Vasconcelos, Presidente do PV. Ela estará prestigiando o PV, que tanto tem contribuído, sob todos os aspectos, para o engrandecimento da política nacional. Aliás, o PV foi o primeiro partido a não aceitar nos seus quadros, na próxima eleição, candidatos que não tenham ficha limpa. O PV já se antecipou ao projeto que será votado amanhã na Câmara dos Deputados e não permitirá que nos seus quadros haja candidatos que estejam respondendo, em nível de terceira instância, alguma ação judicial por qualquer motivo. Portanto, o nosso partido já se antecipou e não permitirá que candidatos de ficha suja integrem a lista de candidatos na próxima eleição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. No mais, muito obrigado. Convido os Deputados para, nesta sexta-feira e neste sábado, receberem aqui a nossa querida Senadora Marina Silva.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/4/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Márcia de Fátima Bressani do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Guilherme José Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando Ildeu Mariano do Nascimento do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando Maria Geralda da Silva Simões do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Ildeu Mariano do Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Maria Geralda da Silva Simões para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Dirceu Sampaio do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Fernando Antônio Lopes Alves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.